

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA POLITÉCNICA E DE ARTES
GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA

**COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA (CSA): UMA
ANÁLISE DA CSA ARTIGO 5º, DESAFIOS E POSSIBILIDADES.**

VITÓRIA TAVARES RAFAEL VITRO

Goiânia

2023

VITÓRIA TAVARES RAFAEL VITRO

**COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA (CSA): UMA
ANÁLISE DA CSA ARTIGO 5º, DESAFIOS E POSSIBILIDADES.**

Artigo apresentado como requisito parcial para composição de média final na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de graduação em Agronomia, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC-Goiás.

Orientador: Profª Drª Roberta Paula de Jesus

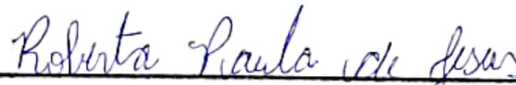
Goiânia

2023

VITÓRIA TAVARES RAFAEL VITRO

**COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA (CSA): UMA
ANÁLISE DA CSA ARTIGO 5º, DESAFIOS E POSSIBILIDADES.**


BANCA EXAMINADORA



Presidente (Profª Drª Roberta Paula de Jesus)
Pontifícia Universidade Católica de Goiás



Membro I (Profª Drª Martha Nascimento Castro)
Pontifícia Universidade Católica de Goiás



Membro II (Engª. Agrª. Esp. Ludmilla Luciano de Carvalho)
CSA Artigo 5º

Aprovada em 19 / 06 / 2023.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo investigar os desafios, limites e possibilidades enfrentados pela CSA Artigo 5º, uma comunidade que sustenta a agricultura no contexto Goiano. Por meio de uma pesquisa abrangente, foram coletadas informações sobre o perfil dos coagricultores da CSA, suas características demográficas, motivadores de participação e nível de satisfação. Além disso, foram analisadas as contribuições da CSA para o desenvolvimento sustentável e fortalecimento da agricultura familiar. Os resultados revelaram desafios relacionados à logística, gestão, infraestrutura e diversidade alimentar, bem como um perfil de coagricultores com alto nível educacional e renda média acima da média nacional. Os motivadores de participação incluíram a importância da relação direta entre coagricultor e agricultor e a preferência por alimentos saudáveis. A satisfação dos coagricultores demonstrou a eficácia da CSA em atender às suas expectativas. Conclui-se que a CSA Artigo 5º pode ser considerada um modelo viável para outras comunidades e regiões, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e fortalecimento da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Desenvolvimento sustentável. Coagricultor. Desafios.

ABSTRACT

This undergraduate thesis aimed to investigate the challenges, limitations, and possibilities faced by CSA Artigo 5, a community that supports agriculture in the context of Goiás. Through a comprehensive research approach, information was gathered regarding the profile of the CSA co-farmers, including their demographic characteristics, motivators for participation, and satisfaction levels. Additionally, the contributions of CSA to sustainable development and the strengthening of family farming were analyzed. The results revealed challenges related to logistics, management, infrastructure, and food diversity, along with a profile of co-farmers with a high level of education and above-average income compared to the national average. The motivators for participation included the importance of the direct relationship between co-farmers and farmers, as well as a preference for healthy food. The satisfaction of the co-producers demonstrated the effectiveness of CSA in meeting their expectations. It is concluded that CSA Artigo 5 can be considered a viable model for other communities and regions, contributing to sustainable development and the strengthening of family farming.

Keywords: Family farming. Sustainable development. Co-farmer. Challenges.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	07
2 OBJETIVO.....	08
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	09
3.1 A agricultura e o desenvolvimento sustentável.....	09
3.2 A agricultura familiar no Brasil.....	13
3.3 A agricultura familiar e a agroecologia.....	16
3.4 Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA).....	19
3.5 A CSA Artigo 5º.....	21
4 METODOLOGIA.....	23
4.1 Contextualização.....	24
4.2 Coleta de dados.....	25
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	26
5.1 A CSA Artigo 5º.....	26
5.2 Os agricultores e a Colmeia.....	30
5.3 Os coagricultores.....	36
6. CONCLUSÃO.....	40
REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICES	48

1 INTRODUÇÃO

A agricultura surgiu há cerca de 12 mil anos, durante o período neolítico, trazendo os primeiros processos que deram origem às civilizações. Inicialmente, as primeiras plantações foram de cereais e tubérculos e, gradualmente, o homem percebeu que poderia produzir seu próprio alimento e domesticar animais selvagens. A partir desse momento, foram desenvolvidas técnicas agrícolas que possibilitaram uma produção excessiva e permitiram as trocas comerciais, dando início à atividade econômica.

A agricultura já existia no Brasil antes de os portugueses chegarem aqui. No entanto, a agricultura com objetivos comerciais, teve início no século XVI, na região nordeste do país, com a criação das Capitânicas Hereditárias e o cultivo de cana-de-açúcar. Nesse período, a atividade era baseada na monocultura, mão de obra escravizada e grandes latifúndios. No entanto, a partir do século XVIII, com a mineração e o início das plantações de café, o cultivo de outros vegetais começou a ganhar destaque. Atualmente, a agricultura no Brasil é uma atividade essencial para a economia nacional, representando uma das principais fontes de renda e emprego, além de desempenhar um papel fundamental na produção de alimentos para o consumo interno e exportação.

Contudo, a expansão da agricultura também trouxe consigo desafios ambientais, sociais e econômicos, tais como a degradação do solo, a concentração de terras, a exploração de mão de obra, entre outros. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável surge como uma alternativa para a agricultura, visando conciliar o crescimento econômico com a preservação ambiental e o bem-estar social.

Um dos principais atores no desenvolvimento sustentável da agricultura é a agricultura familiar, que representa cerca de 77% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil, gerando em torno de 10,1 milhões de empregos e correspondendo a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários. Na agricultura familiar, a produção de alimentos é administrada pela família e a mão de obra é realizada pelos próprios membros da família. Essa forma de produção ocorre em pequenas propriedades e destina-se ao consumo próprio e ao mercado interno do país. Os estados com maior concentração de estabelecimentos de agricultura familiar são Pernambuco, Ceará e Acre, enquanto as regiões com menor

concentração são o Centro-Oeste e São Paulo. A produção de alimentos é diversificada e sustentável, sendo uma alternativa importante para a promoção do desenvolvimento sustentável no país.

Dentro desse contexto, a CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) é um movimento organizado pela sociedade civil que desempenha um papel importante na promoção da agricultura familiar e no fornecimento de produtos orgânicos de qualidade direto aos consumidores finais, criando uma relação próxima entre quem produz e consome os produtos. A cooperação entre os produtores de alimentos orgânicos e os consumidores permite a oferta de produtos de boa qualidade e livres de agrotóxicos, com um serviço de excelência. O consumo de produtos orgânicos vem crescendo cada dia mais no Brasil e no mundo, à medida que as pessoas mudam radicalmente sua alimentação e passam a evitar o consumo de enlatados.

A CSA é um movimento mundial que surgiu no Japão, na década de 1960, em um contexto de crise econômica e ambiental. Os consumidores se uniram aos produtores locais para apoiar a agricultura orgânica e criar uma relação mais direta e justa entre produtores e consumidores. O objetivo era garantir uma produção sustentável, saudável e de qualidade, ao mesmo tempo em que se fortalecia a comunidade local. A partir daí o movimento se espalhou por todo o mundo, ganhando força em diversos países, inclusive no Brasil. Hoje em dia, a CSA é uma forma de organização que visa a promoção de uma alimentação saudável e consciente, apoiando os agricultores familiares e contribuindo para a preservação do meio ambiente.

2. OBJETIVO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as práticas de gestão, produção e consumo da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA Artigo 5º). A pesquisa visa investigar os desafios, limites e possibilidades enfrentados por esse grupo específico, além de analisar o perfil dos coagricultores da CSA Artigo 5º, buscando obter informações relevantes sobre suas características demográficas, motivadores de participação e nível de satisfação, com o propósito de fornecer

subsídios concretos para aprimorar a gestão da CSA, e fornecer informações relevantes sobre a viabilidade de novos empreendimentos no setor.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 A agricultura e o desenvolvimento sustentável

A agricultura é uma atividade antiga e milenar, mas é difícil determinar exatamente quando começou. De acordo com Silva & Silva Junior (2010), acredita-se que a agricultura tenha surgido entre os anos 7000 e 10000 A.C, durante o período pré-histórico neolítico. Nesse período, o ser humano, que anteriormente dependia da caça e da coleta de plantas e frutas começou a cultivar e produzir seus próprios alimentos para sustento pessoal e alimentação familiar. O excedente produzido nessa época passou a ser utilizado inicialmente para trocas e posteriormente para fins comerciais (TILMAN *et al.*, 2002).

Segundo Pretty *et al.* (2008), é importante destacar que a agricultura mundial teve um notável crescimento desde a década de 1960. A área de terra utilizada para fins agrícolas aumentou de 4,5 para 5 bilhões de hectares, enquanto a prática de irrigação cresceu aproximadamente duas vezes. Além disso, o número de máquinas agrícolas duplicou nesse período, evidenciando um crescimento significativo associado à revolução agrícola.

O setor agrícola brasileiro passou por diversas transformações significativas, ao longo da história, abrangendo desde a economia canavieira, que se baseava principalmente na produção de cana-de-açúcar durante o período colonial, até as recentes expansões do café e da soja. Essas transformações têm ocorrido em um ritmo acelerado, especialmente a partir do século XX, impulsionadas pela introdução de técnicas modernas, como a mecanização da produção e a modernização das atividades agrícolas (DUARTE, 2011).

Nas últimas décadas, o Brasil emergiu como um importante fornecedor de alimentos para o mundo, estabelecendo-se como um dos principais líderes agrícolas globais. Presenciamos um considerável aumento na produção e produtividade do setor agropecuário, o que resultou na exportação de grandes volumes de alimentos.

Além disso, essa expansão contribuiu para a redução do custo relativo da nossa cesta básica, beneficiando a população interna.

De importante importador líquido de alimentos, o País se transformou, em 50 anos, num dos maiores exportadores mundiais. O intenso trabalho e organização de competentes agricultores e contribuições de políticas criaram as condições para a emergência do Brasil como potência agrícola global (CONTINI *et al.*, 2020).

Não dá para negar a importância do agronegócio para o Brasil. De acordo com dados calculados pelo Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), da Esalq/USP, em parceria com a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), o setor responde por um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) do país, sendo que 1 em cada 3 trabalhadores brasileiros está empregado em lavouras, criações, agroindústria e na produção de insumos (CEPEA, 2023).

De acordo com Assad *et al.* (2012), o crescimento e a relevância do agronegócio brasileiro são resultados da abundância de recursos naturais, do aumento da produtividade, da adoção de novas tecnologias e do acesso a linhas de financiamento.

O agronegócio contribui fortemente para o progresso econômico do País. Contudo, segundo Santos & Filho (2016), surgem desafios na busca por conciliar o aumento da produção agrícola com a redução dos impactos negativos no meio ambiente. Concordando com isso, Silva (2012) destaca que os principais obstáculos são relacionados à erosão, ao uso de agrotóxicos e à poluição do solo, da água e dos alimentos.

Diante desses desafios, é fundamental buscar um equilíbrio entre o desenvolvimento do setor agrícola e a preservação ambiental, bem como promover práticas sustentáveis que levem em consideração os aspectos sociais e culturais das comunidades rurais. A busca por um modelo agrícola mais sustentável e responsável torna-se cada vez mais importante para garantir a segurança alimentar, a proteção do meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas envolvidas na atividade agrícola.

Considera-se que um dos desafios mundiais mais significativos da agricultura é a busca por conciliar a crescente demanda por alimentos com práticas agrícolas mais sustentáveis, conforme apontado por Godfray *et al.* (2010).

Presente na agenda global durante praticamente toda a segunda metade do século 20 e início do 21, e formalmente institucionalizado em 1987 pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Desenvolvimento Sustentável é, hoje, uma das maiores preocupações da humanidade e um discurso em constante disputa (BOFF, 2012).

Segundo Camargo & Soares (2021), nos dias de hoje, a produção sustentável se tornou uma questão central em todos os setores econômicos. Mas o que exatamente significa sustentabilidade? Em termos gerais, pode ser definida como a capacidade de um sistema se manter e perdurar ao longo do tempo.

O Desenvolvimento Sustentável possui basicamente duas vertentes: a) Uma que privilegia o aspecto econômico e as relações que as atividades econômicas têm com o consumo crescente de energia e recursos naturais e b) Outra que considera os aspectos econômicos, sociais e ambientais, estabelecendo desafios importantes para muitas áreas do conhecimento, implicando em mudanças nos padrões de consumo e do nível de conscientização (KAMIYAMA, 2011).

No que tange à agricultura, refere-se à utilização dos recursos naturais de forma consciente, com adoção de práticas agrícolas que visam a conservação do solo e dos recursos naturais, baseadas em inovações científicas para a produção de alimentos saudáveis, permitindo que as gerações futuras sejam beneficiadas pela utilização destes mesmos recursos e promovendo qualidade de vida (CAMARGO & SOARES, 2021).

De acordo com Kamiyama (2011), o conceito de sustentabilidade na agricultura, a partir dos anos 70, ganha interesse de profissionais, pesquisadores e produtores, fazendo surgir uma infinidade de definições sobre o tema. De um modo geral, ao analisar as inúmeras definições de Agricultura Sustentável, as elaboradas pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) e NCR (National Research Council) se complementam e, apesar de ainda não haver um consenso, dado a complexidade do assunto, são as mais aceitas internacionalmente.

A agricultura sustentável não se limita a um conjunto específico de práticas, mas sim a um objetivo: alcançar um sistema de produção de alimentos e fibras que aumente a produtividade dos recursos naturais e dos sistemas agrícolas. Isso permite que os produtores atendam aos níveis de demanda resultantes do

crescimento populacional e do desenvolvimento econômico. Além disso, busca-se produzir alimentos saudáveis, completos e nutritivos que promovam o bem-estar humano. A agricultura sustentável também visa garantir uma renda líquida adequada aos agricultores, permitindo-lhes um nível de vida aceitável e a capacidade de investir no aumento da produtividade do solo, água e outros recursos. Por fim, é importante que a agricultura sustentável esteja em conformidade com as normas e expectativas da comunidade (FAO, citado por EHLERS, 1999).

De acordo com NCR (1989), a agricultura sustentável refere-se ao manejo e conservação dos recursos naturais, bem como à orientação tecnológica e institucional, com o objetivo de garantir o suprimento e a satisfação contínua das necessidades humanas, tanto para as gerações presentes como futuras.

Pode-se dizer que praticamente todas as definições expressam a necessidade de se estabelecer outro padrão produtivo que utilize, de forma mais racional, os recursos naturais e mantenha a capacidade produtiva no longo prazo (KAMIYAMA, 2011).

Acredita-se que seja evidente que a construção de sistemas agrícolas mais sustentáveis requer a consideração das múltiplas dimensões da sustentabilidade, incluindo aspectos ecológicos, econômicos, sociais, políticos, culturais e éticos. Essa abordagem implica em mudanças estruturais, como a implementação da reforma agrária e a garantia de acesso aos meios de produção. Além disso, exige a adoção de metodologias participativas, a promoção do acesso aos direitos básicos de cidadania e o respeito às diferenças culturais, de gênero, raça e etnia. É fundamental considerar os valores e visões de mundo dos diversos grupos sociais e suas relações com a natureza. (CAPORAL, 2009).

Ao considerarmos os caminhos a serem trilhados em direção a um desenvolvimento rural sustentável, torna-se evidente a necessidade de abordar as diferentes dimensões da sustentabilidade. Essas dimensões abrangem aspectos sociais, ambientais, econômicos, culturais, políticos e éticos. Costabeber & Caporal (2003) salientam a importância de cada dimensão nas estratégias para o desenvolvimento rural sustentável, pois constatam que cada uma dará o suporte necessário a outra, e ambas formarão o que se torna necessário para alcançar a equidade, ou seja, o desenvolvimento sustentável.

Como estratégias de apoio ao desenvolvimento rural sustentável, Costabeber & Caporal (2003) elencam os seguintes caminhos: a opção pela agricultura familiar, a aposta em novas formas de comercialização e a dimensão local do desenvolvimento. O primeiro ponto refere-se à questão de que a agricultura familiar tem a real capacidade de alcançar a soberania e segurança alimentar, pois grande parte do que é produzido permanece nas comunidades rurais como forma de autoconsumo.

Na mesma direção, autores como Almeida *et al.* (2001), indicam que a agricultura familiar se destaca como uma forma mais sustentável de produção, pois integra estratégias que equilibram os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Além disso, ressalta-se que a propriedade familiar se caracteriza como uma unidade de produção e consumo, valorizando a diversidade e adotando práticas de policultivo distribuídas de maneira equilibrada no espaço e no tempo.

3.2 A agricultura familiar no Brasil

O termo "agricultura familiar" refere-se ao cultivo da terra por pequenos proprietários rurais, nos quais o trabalho é realizado exclusivamente pelo núcleo familiar. Esse tipo de produção agrícola tem como objetivo a subsistência do agricultor e de sua família. Caracteriza-se pelo uso de técnicas pouco desenvolvidas, utilizando instrumentos agrícolas como enxada, machado, foice e arado, e raramente tratores ou outras máquinas são utilizados. A produtividade é geralmente baixa. Esses procedimentos são aplicados em pequenas propriedades rurais, conhecidas como sítios, localizadas em regiões de baixa renda. A produção nessas propriedades consiste principalmente em hortaliças, arroz, feijão, batata, mandioca e milho. Quando há excedente da produção, geralmente é vendido ou trocado por outros produtos que não são produzidos na propriedade (PORTUGAL, 2004).

No entanto, o conceito de agricultura familiar tem sido objeto de debate, exigindo esforços tanto por parte de acadêmicos quanto de instituições públicas e movimentos sociais. No Brasil, o debate e o aumento do apoio à agricultura familiar se tornaram evidentes no âmbito político e social durante a década de 1990, com a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

(PRONAF). Esse programa consiste em políticas públicas específicas voltadas para os agricultores familiares e foi iniciado em 1995 como resultado da pressão política exercida pelos sindicatos dos trabalhadores rurais e outros movimentos sociais ligados ao campo, incluindo a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) (SPANVELLO, 2008).

A implementação do PRONAF marcou, pela primeira vez no país, a alocação de recursos econômicos financiados pelo Estado para os agricultores pertencentes a esse segmento, com o propósito de fortalecer a produção agrícola e a viabilidade econômica. O objetivo é estabelecer um modelo de desenvolvimento sustentável para os agricultores e suas famílias, buscando aumentar a diversificação produtiva, a geração de empregos e renda, e, conseqüentemente, melhorar o bem-estar social e a qualidade de vida das famílias que trabalham na agricultura (BRASIL, 2005).

Segundo Abromovay (1997), a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Tal definição não é unânime nem tampouco operacional, mas perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas, considerando então os três atributos básicos como, gestão, propriedade e trabalho familiar.

De acordo com Guanziroli & Cardim (2000), os agricultores familiares devem cumprir as seguintes condições: o produtor e sua família são responsáveis pela administração das atividades na propriedade; a mão de obra familiar é predominante em relação ao trabalho contratado; e a área da propriedade está dentro dos limites estabelecidos para cada região do país.

A Lei 11.326/2006 forneceu o marco legal à agricultura familiar, o que permitiu a sua inserção nas estatísticas oficiais a partir do Censo Agropecuário de 2006 (BRASIL, 2009). Além disso, para fins de acesso às políticas públicas, como PRONAF, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e mais recentemente, a obtenção de “benefícios” trazidos pelo Código Florestal, o agricultor deve se enquadrar no Artigo 3º da lei acima citada o qual: - Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família

De acordo com o Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 2017), agricultura familiar abrange uma parcela significativa do cenário agrícola, representando 77% dos estabelecimentos agrícolas. Essa forma de agricultura desempenha um papel crucial na economia, empregando cerca de 10 milhões de pessoas, o que corresponde a 67% da força de trabalho ocupada no setor agropecuário. Além disso, em termos de extensão territorial, a agricultura familiar engloba aproximadamente 80,9 milhões de hectares, correspondendo a 23% da área total das propriedades agropecuárias do país.

Segundo dados do Censo Agropecuário, a agricultura familiar desempenha um papel fundamental na economia brasileira. Em cerca de 90% dos municípios do país com até 20 mil habitantes, a agricultura familiar é a base econômica, sendo responsável por uma produção diversificada que engloba grãos, proteínas de origem animal e vegetal, frutas, verduras e legumes. Os agricultores familiares têm um impacto significativo no abastecimento do mercado interno e no controle da inflação dos alimentos no Brasil. Eles são responsáveis por cerca de 70% da produção de feijão, 34% do arroz, 87% da mandioca, 60% da produção de leite, 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos (IBGE, 2017). Em Goiás, existem 95.684 estabelecimentos dedicados à agricultura familiar, o que corresponde a 62,8% de todos os estabelecimentos agropecuários do estado. Essa parcela da agricultura emprega 46,8% da mão de obra no campo e gera aproximadamente R\$ 4 bilhões em valor de produção, representando 10,5% do valor de produção total do estado (IBGE, 2017).

A agricultura familiar desempenha um papel significativo no setor agrícola, contribuindo para combater as desigualdades sociais e a fome, além de gerar emprego e renda para uma parcela importante da população. Conforme ressaltado

por Pasqualotto *et al.* (2019), a agricultura familiar representa a principal fonte de ocupação de mão de obra no meio rural brasileiro e uma grande parte da produção de alimentos no Brasil provém da agricultura familiar.

Segundo Costabeber & Caporal (2003), uma questão que evidencia a agricultura familiar como estratégia para o desenvolvimento rural sustentável é que essa tem demonstrado maior capacidade para alcançar os seguintes aspectos: a) multifuncionalidade e policultivos; b) eficiência produtiva e eficiência energética e/ou ecológica; c) conservação dos recursos naturais não renováveis; d) proteção da biodiversidade e sustentabilidade futura; e, e) manejo.

3.3 A agricultura familiar e a agroecologia

A agroecologia é compreendida como uma abordagem científica voltada para apoiar a mudança dos atuais modelos de desenvolvimento rural e práticas agrícolas convencionais em direção a formas mais sustentáveis de desenvolvimento rural e agricultura (CAPORAL & COSTABEBER, 2002).

A agroecologia estabelece as bases para a criação de modelos agrícolas sustentáveis e estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Portanto, a agricultura deve cumprir requisitos sociais, considerar aspectos culturais, preservar recursos ambientais, promover a participação política e o empoderamento dos envolvidos, além de alcançar resultados econômicos benéficos para a sociedade como um todo, com uma visão de longo prazo, ou seja, uma agricultura sustentável (ALTIERI, 1989).

Segundo Caporal *et al.* (2006), é entendida como um campo de conhecimentos, de natureza multidisciplinar, que pretende contribuir na construção de estilos de agricultura de base ecológica e na elaboração de estratégias de desenvolvimento rural, tendo como referência os ideais da sustentabilidade numa perspectiva multidimensional de longo prazo.

A agricultura sustentável, de acordo com a perspectiva agroecológica, é aquela que, com base em uma compreensão holística dos agroecossistemas, é capaz de atender, de forma integrada, aos seguintes critérios: a) reduzida dependência de insumos comerciais; b) utilização de recursos renováveis disponíveis localmente; c) aproveitamento dos impactos benéficos ou neutros do

ambiente local; d) aceitação e/ou tolerância das condições locais, sem depender de intensas alterações ou controle do meio ambiente; e) manutenção a longo prazo da capacidade produtiva; f) preservação da diversidade biológica e cultural; g) incorporação do conhecimento e da cultura da população local; e h) produção de bens tanto para consumo interno quanto para exportação. (GLIESSMAN, 1990).

Assim, a Agroecologia é considerada como a base científica que sustenta o processo de transição para estilos de Agricultura Sustentável, que se manifestam de várias formas e recebem diferentes denominações, como Ecológica, Orgânica, Biodinâmica, Agroecológica, Regenerativa, Baixos Insumos Externos, Biológica, entre outras. Portanto, é importante ressaltar que a Agroecologia não deve ser confundida com uma prática ou tecnologia agrícola específica, um sistema de produção isolado ou um único estilo de agricultura (ALTIERI, 1995).

Segundo Gliessman (2018), a Agroecologia é uma abordagem que integra pesquisa, educação, ação e mudanças, visando promover a sustentabilidade em todas as partes do sistema alimentar: ecológica, econômica e social.

A construção de agriculturas mais sustentáveis requer considerar as dimensões ecológicas, econômicas, sociais, políticas, culturais e éticas da sustentabilidade. Isso implica em mudanças estruturais, incluindo a reforma agrária e o acesso aos meios de produção. Além disso, são necessárias metodologias participativas, garantia de acesso aos direitos básicos de cidadania, respeito às diferenças culturais, de gênero, de raça e de etnia. Também é fundamental considerar os valores e visões de mundo dos diferentes grupos sociais e suas relações com a natureza. Além disso, é necessário adotar uma nova perspectiva econômica, que vá além do aumento da produção e produtividade de cultivos e criações isoladas, e que leve em conta a produtividade total dos sistemas. A Economia Ecológica nos ensina que devemos incorporar nos cálculos econômicos as externalidades negativas que afetam toda a sociedade, bem como os serviços ambientais prestados por esses sistemas. Essa nova abordagem econômica, certamente, valorizará e fortalecerá as agriculturas camponesas, indígenas e familiares, entre outras (CAPORAL, 2011).

Neves & Castro (2010) afirmam que, devido à crescente preocupação global com a sustentabilidade, a incorporação da agricultura familiar em subsistemas coordenados ganha cada vez mais valor. Isso ocorre porque esse segmento

fortalece as opções ambientalmente responsáveis e socialmente conscientes, ao mesmo tempo que se mantém economicamente viável e apoiado pelas instituições. Essa abordagem responde à demanda da sociedade por modelos de produção sustentáveis.

Nesse contexto, a produção agrícola familiar possui características específicas que evidenciam seu potencial como um espaço favorável para o desenvolvimento da agricultura sustentável. Isso ocorre principalmente devido à sua maior diversificação e integração nas atividades vegetais e animais, bem como à própria natureza de uma produção em menor escala (CARMO, 1998).

Atualmente, podemos observar diversos exemplos de modelos alternativos praticados na agricultura familiar, considerados sustentáveis. Entre os mais conhecidos, destacam-se: agricultura ecológica, agricultura biodinâmica, agricultura natural, agricultura orgânica, agroecologia, além das práticas de pluriatividade e associativismo. Também podemos mencionar as práticas agrícolas que se caracterizam pelo uso reduzido de insumos externos, sendo amplamente adotadas pelos agricultores familiares devido ao seu alto nível de sustentabilidade. Essas práticas englobam a compostagem, adubação verde, fertilização mineral controlada, cultivo mínimo, intercalação e rotação de culturas, emprego de armadilhas e plantas atrativas, controle biológico de pragas, utilização de pesticidas derivados de plantas, integração entre criação de animais e agricultura, além das técnicas de plantio direto e cobertura morta (SOUZA FILHO, 2001).

Ao contrário da agricultura ou da produção orgânica, que está limitada a uma forma de se produzir alimentos sem a utilização de insumos químicos sintéticos e organismos geneticamente modificados, a agroecologia visa, sobretudo, contribuir para um processo de transformação social. Tal transformação, possui vínculos com outros tipos de mudanças e transformações necessárias, como na ciência, nas formas de se produzir e de se consumir alimentos (sistema alimentar), na relação entre sociedade e natureza, nas relações sociais e de poder, nos objetivos e mecanismos de organização política, no direcionamento das técnicas, etc (CANDIOTTO, 2020).

A agroecologia tem sido justificada pelo fato de poder contribuir para a redução dos problemas oriundos das mudanças climáticas; na produção alimentar segura e justa; no fortalecimento de sistemas alimentares construídos localmente e

na conseqüente viabilidade econômica de áreas rurais, através de cadeias curtas de comercialização. A agroecologia defende a produção alimentar na escala local, agricultores familiares, comunidades rurais, a soberania alimentar, os conhecimentos locais, a justiça social, as identidades culturais locais e os direitos indígenas às sementes e raças de animais (HLPE, 2016)

3.4 Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA)

As CSAs, do inglês Community Supported Agriculture, são um mecanismo organizacional que visa ao desenvolvimento agrário sustentável, pelo qual o escoamento de produtos é feito de forma direta do produtor ao consumidor, de modo a aproximar quem produz os alimentos de quem os consome (PREISS & MARQUES, 2015).

De acordo com Ernst & Woods (2009), o modelo estabelece uma parceria entre produtores agrícolas e consumidores da seguinte maneira: um grupo estável de coagricultores se compromete, por um período determinado (geralmente de seis meses a um ano), a financiar o orçamento anual da produção agrícola. Em troca, eles recebem semanalmente uma cesta de alimentos orgânicos selecionados, que geralmente inclui cerca de dez itens, como verduras, frutas, legumes e, em muitos casos, pães, bolos e produtos lácteos artesanais, produzidos especificamente para atender às necessidades do coletivo. O objetivo é não apenas cobrir os custos de produção dos alimentos, mas também garantir dignidade e estabilidade aos agricultores comprometidos com a comunidade.

Para Dos Santos (2017), a CSA é um modelo alternativo e sustentável de desenvolvimento agrícola e distribuição de alimentos, no qual os produtos orgânicos são comercializados diretamente aos consumidores, estabelecendo uma relação próxima entre produtores e consumidores. Nesse modelo de Economia Associativa, os agricultores familiares deixam de vender seus produtos por meio de intermediários e contam com a participação dos consumidores como parceiros na organização e financiamento da produção. Isso contribui para o desenvolvimento sustentável da região e estimula o comércio justo.

Em uma CSA, os consumidores estabelecem um compromisso de compra com um produtor ou grupo de produtores. Esse compromisso implica em adquirir

regularmente os produtos agrícolas ao longo de uma estação produtiva completa, garantindo uma relação contínua entre consumidores e produtores (HITCHMAN, 2015). Nesse contexto, ocorre uma interação em que todos os envolvidos são beneficiados, com destaque para crianças e jovens. Os membros se tornam co-produtores, deixando de ser apenas consumidores, e passam a participar ativamente em uma dinâmica de co-gestão. Além disso, os agricultores recebem suporte no processo de transição para um modelo de agricultura ecológica. O objetivo principal é desenvolver diversidade na agricultura, proporcionando às famílias de agricultores uma renda equilibrada e sólida (DOS SANTOS, 2017).

A criação de uma CSA depende, fundamentalmente, do estabelecimento de relações de confiança, já que cabe ao agricultor apresentar todas as informações sobre os custos e meios de produção, enquanto à comunidade cabe o compromisso de financiar antecipadamente os alimentos que serão produzidos. Assim, os consumidores são convertidos em “coagricultores”, uma vez que seus hábitos alimentares contribuem para a conservação das paisagens rurais, bem como do resgate das tradições culinárias e da valorização das relações sociais (USDA, 2017).

A sigla CSA, que significa "Community Supported Agriculture" em inglês, está ligada a um movimento que teve origem no Japão em 1971. Esse movimento surgiu a partir do questionamento de Teruo Ichiraku, um filósofo e líder de cooperativas agrícolas, sobre o uso de produtos químicos na agricultura. Em 1971, o filósofo e líder de cooperativas agrícolas japonesas, Teruo Ichiraku (1906–1994) chamou atenção dos consumidores sobre os perigos dos insumos químicos utilizados na agricultura e iniciou um movimento em favor da produção de alimentos orgânicos. Alguns anos mais tarde, em 1974, donas de casa se uniram a agricultores para formarem os primeiros projetos, denominados Teikei – em japonês, parceria ou cooperação –, que existem até hoje (HENDERSON, 2010).

Segundo Henderson (2010), na década de 1980, o conceito da CSA chega aos Estados Unidos por meio de conferências de agricultores biodinâmicos e orgânicos. Já na década de 1990, o conceito de CSA é espalhado pela França, Canadá e Reino Unido e, na virada do milênio, se consolida em outras partes do mundo, abarcando mais de mil projetos, a maior parte em pequenas propriedades rurais de caráter familiar, que envolvem desde grupos com 30 a 50 membros, até grandes fazendas orgânicas, com mais de 3.000 associados.

No Brasil, as iniciativas de CSA são muito recentes. O primeiro grupo começou em 1997 na cidade de Fortaleza no Ceará com o nome ADAO – Associação de Desenvolvimento da Pecuária Orgânica e permaneceu em atividade por 10 anos (YAMAMOTO, 2006). Nos últimos anos, a forma como as CSAs lidam com os alimentos, com o meio ambiente e com o desenvolvimento local sustentável tem chamado atenção da sociedade. A iniciativa foi apresentada no Fórum Mundial Social em 2011, como uma das mais prósperas em relação ao desenvolvimento sustentável. Naquele ano se estabelece em Botucatu, SP o projeto pioneiro CSA Demétria, incentivado pelo designer alemão Hermann Pohlmann, que, com colaboradores, cria em 2014 a associação CSA Brasil, que passa a oferecer cursos e a orientar as formas de estabelecer e gerir as comunidades, além de fundamentar a filosofia do contato com a terra e da agricultura (SILVA JUNIOR *et al.*, 2018).

Conforme levantamento no site CSA Brasil (2022), existem Comunidades que Sustentam a Agricultura em pelo menos 19 estados, somando mais de 160 unidades em funcionamento, envolvendo mais de 500 agricultores, mais de 200 espaços de partilha, e mais de 8.000 famílias (CSA BRASIL, 2022).

Os impactos das Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA), têm chamado atenção especialmente pelas consequências econômicas positivas na concretização dos mercados locais, além do fortalecimento da noção de pertencimento entre os membros das comunidades, bem como na criação de futuras comunidades alimentares saudáveis e na preocupação com o meio ambiente (VASQUEZ *et al.*, 2017).

Tais impactos são qualificados entre os consumidores, no caso chamados de coagricultores, e produtores rurais. No que tange aos coagricultores, pela satisfação com a diversidade, pelos ganhos nutricionais e pelos hábitos alimentares mais saudáveis, com mudanças nos padrões de refeições. Já em relação aos produtores rurais, as CSAs representam mais estabilidade e renda, ganhos em qualidade de vida e ‘benefícios intangíveis’, como uma espécie de reconhecimento da importância da localidade em que vivem (BROWN & MILLER, 2008).

3.5 A CSA Artigo 5º

A ideia de formar a CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) no Estado de Goiás surgiu a partir da percepção de um grupo de amigos sobre a falta de

experiência com CSA na região. Esse insight ocorreu durante a época da pandemia, quando o desejo por alimentos saudáveis e de qualidade e o apoio à agricultura familiar e local se tornaram ainda mais relevantes. O objetivo era não apenas consumir alimentos saudáveis, mas também se engajar como promotores de um canal de escoamento de alimentos provenientes da agricultura familiar.

O processo de formação da CSA teve início com um grupo inicial de 12 pessoas que se uniram em busca de uma família de produtores. No assentamento Canudos, próximo de Goiânia, havia dois produtores engajados em um processo de transição agroecológica, alinhados com os princípios da CSA, como a valorização da economia local e a proximidade entre produtores e consumidores.

Após diversas conversas e trocas de ideias, em outubro de 2020, ocorreu uma reunião entre os coagricultores e os agricultores, resultando na criação da CSA Artigo 5º. O nome faz referência ao artigo 5º da Constituição Federal do Brasil, que estabelece os princípios fundamentais da sociedade, como construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A CSA Artigo 5º se vinculou à CSA Brasil, uma rede que promove ações e fortalece os laços entre as diversas CSAs do país. A relação estabelecida entre os coagricultores e os agricultores é mediada pela confiança, fundamentando-se em uma parceria colaborativa e transparente.

Essa iniciativa demonstra o potencial transformador da união entre consumidores conscientes e agricultores comprometidos com práticas sustentáveis. A CSA Artigo 5º surge, então, como um exemplo inspirador de como é possível promover uma agricultura mais saudável, local e alinhada com os princípios de cooperação e confiança.

Os produtos oferecidos pela CSA Artigo 5º são provenientes do Organismo de Produção Agroecológica Colmeia, localizada em uma área de 10 hectares no Projeto de Assentamento Canudos. O Assentamento Canudos, em homenagem à Comunidade Canudos na Bahia, foi resultado da ocupação da fazenda Palmeiras, e está situado entre as cidades de Palmeiras de Goiás, Campestre de Goiás e Guapó.

Após quatro ocupações consecutivas da fazenda, a aprovação definitiva do assentamento foi concretizada em janeiro de 2001. Essa conquista foi resultado de quatro anos de lutas desde a primeira ocupação em 1997. A autorização de posse e parcelamento determinou que 52% da área fosse destinada à reserva legal e área de preservação permanente, enquanto os outros 48% foram divididos em parcelas com aproximadamente 18 hectares para cada família.

4 METODOLOGIA

No presente estudo, foi adotado o método de pesquisa de estudo de caso, visando abordar as especificidades do modelo da CSA Artigo 5º. O estudo de caso é um método abrangente que se concentra em um fenômeno original e pode requerer o uso de diversas técnicas de coleta de dados (YIN, 2005). A escolha da abordagem qualitativa foi feita devido à sua capacidade de promover uma interação mais intensa entre os participantes da pesquisa, o pesquisador e os membros do contexto investigado (PRODANOV & DE FREITAS, 2013).

A pesquisa foi dividida em três etapas propostas: fase exploratória, trabalho de campo e análise do material coletado. Essas etapas não devem ser entendidas como rígidas ou isoladas, pois é necessário adaptabilidade e criatividade para lidar com a dinâmica própria da realidade social (MINAYO, 2011).

A primeira fase possibilitou explorar o tema e incluiu revisão de literatura e elaboração dos roteiros de entrevistas. Essa etapa foi essencial para aprofundar o conhecimento sobre CSAs, desenvolvimento sustentável, agricultura familiar e agroecologia, e entender como esses conceitos se relacionam com circuitos curtos de produção, distribuição e consumo de alimentos.

No segundo estágio da pesquisa, foi conduzido um conjunto de atividades abrangendo observações, entrevistas e interações com os participantes. Essa fase foi de extrema importância para estabelecer uma conexão mais próxima com a realidade estudada e construir um conhecimento empírico significativo para a pesquisa. Nesse contexto, foram explorados diversos aspectos relacionados à CSA Artigo 5º, com o intuito de investigar, avaliar e analisar práticas e perfis específicos:

- Gestão: A estrutura organizacional da CSA foi investigada, juntamente com os processos decisórios adotados, as estratégias de comunicação implementadas e as parcerias estabelecidas.

- Práticas de produção: As práticas de produção adotadas pela CSA foram avaliadas, levando em consideração o uso de técnicas agroecológicas, a diversidade de cultivos cultivados e o manejo sustentável do solo.

- Perfil dos coagricultores: Foi realizada uma análise do perfil dos coagricultores da CSA, considerando suas características demográficas, motivações para participação na CSA e nível de satisfação com a experiência.

- Práticas de consumo dos coagricultores: As práticas de consumo dos coagricultores da CSA foram investigadas, com foco na consciência sobre a origem dos alimentos, na preferência por produtos sustentáveis e na percepção dos benefícios da participação na CSA.

Na última etapa da pesquisa, os dados coletados durante as observações, entrevistas e interações com os participantes foram examinados pela análise de conteúdo (COLBARI, 2014), que permite a de organização, categorização e interpretação dos dados, com o objetivo de identificar padrões, tendências e insights relevantes para a compreensão do tema em estudo. O tratamento dos dados permitirá a extração de informações significativas, contribuindo para a construção de conclusões embasadas e aprofundando o conhecimento obtido durante a pesquisa.

4.1 Contextualização

A pesquisa foi conduzida na CSA Artigo 5º, a qual conta com a participação de dois agricultores e 49 coagricultores. A área de produção da CSA, denominada Organismo de Produção Agroecológica Colmeia, está localizada no Assentamento Canudos, situado no estado de Goiás.

O Assentamento Canudos, é localizado na Fazenda Palmeiras, situada entre os municípios de Palmeiras de Goiás, Campestre, Cezarina e Guapó, na Microrregião do Vale do Rio dos Bois. Se destaca por abrigar a segunda maior Reserva Particular do Patrimônio Natural do Estado, com 2.178 hectares de mata.

A Fazenda Palmeiras localiza-se a cerca de 70 (setenta) quilômetros de Goiânia e é atravessada pelo Rio dos Bois e seus afluentes (Ribeirões Sucuri, dos Pereiras e da Posse, dentre outros vários córregos e nascentes) sendo uma sub-bacia (assim como o Rio Piracanjuba) da bacia do Rio Paranaíba (Paraná-Prata). A economia consiste na pecuária e agricultura, e na produção agrícola se destaca a

produção de mandioca, milho, quiabo, jiló e banana, e outras pequenas lavouras em vários pontos do assentamento.

O Organismo de Produção Agroecológica Colmeia está situado em uma parcela do assentamento. Nesse espaço, os agricultores estão empenhados em adotar práticas e técnicas sustentáveis de produção agrícola, pautadas pela ausência de agrotóxicos, pela preservação do solo e pelo incremento da diversidade de cultivos, em uma abordagem agroecológica que busca não apenas produzir alimentos saudáveis e de qualidade, mas também fortalecer a saúde dos ecossistemas locais e promover a resiliência das atividades agrícolas.

4.2 Coleta de dados

A coleta de dados compreende a aplicação de um conjunto de procedimentos práticos na pesquisa, podendo fazer uso de diversas técnicas de coleta (LAKATOS & MARCONI, 2001). No contexto da pesquisa de campo realizada na CSA Artigo 5º, participaram dois agricultores e 20 coagricultores. Essa coleta foi conduzida por meio da combinação de diferentes instrumentos de pesquisa, como: a) entrevistas semiestruturadas; e b) questionário online.

Conforme Minayo (2011), as entrevistas são diálogos intencionais, podendo envolver um ou mais participantes, e são consideradas momentos valiosos para obter informações e percepções dos indivíduos sobre a realidade estudada. A abordagem preferencial é a entrevista semiestruturada, que combina perguntas fechadas e abertas, permitindo aos entrevistados maior liberdade para explorar as questões levantadas pelo pesquisador.

Os roteiros semiestruturados foram empregados para criar um conjunto de questões preliminares, possibilitando a flexibilidade na condução das entrevistas e na elaboração de perguntas de acordo com as características individuais de cada entrevistado e o contexto específico de cada momento da entrevista. Com o objetivo de compreender a realidade da produção agrícola, foram entrevistados os agricultores José Valdir e Waldir Barbosa, que respondem pela totalidade da produção na CSA Artigo 5º. As entrevistas abordaram aspectos relacionados à constituição, gestão, produção, registros e contabilidade desses sistemas agrícolas (Apêndice 1).

Os coagricultores participantes tiveram a oportunidade de contribuir com a pesquisa por meio de um questionário online. O questionário foi cuidadosamente elaborado, contendo uma combinação de perguntas de múltipla escolha e perguntas abertas. Foi criado utilizando a plataforma Google Forms, proporcionando facilidade de acesso e preenchimento para os participantes. O formulário ficou disponível nos meses de maio e junho de 2023, e durante esse período, 20 coagricultores preencheram o questionário (Apêndice 2). A quantidade de sujeitos foi delimitada no decorrer da pesquisa de acordo com a abertura e disponibilidade dos mesmos.

As questões abordadas no questionário abrangiam diversos aspectos importantes para compreender a percepção dos coagricultores em relação à CSA. Além de explorar suas experiências na produção agrícola e as práticas sustentáveis adotadas, o questionário também incluiu questões relacionadas ao perfil socioeconômico dos coagricultores, seu nível de satisfação e o grau de envolvimento com as atividades da CSA. Além disso, buscou-se compreender suas expectativas em relação aos circuitos curtos de produção, distribuição e consumo de alimentos saudáveis.

Em relação ao tamanho da amostra a ser utilizada, Gaskell (2002) sugere que, em pesquisas qualitativas com entrevistas, a amostra ideal varie entre 15 e 25 entrevistados. Além disso, um indicador importante para determinar se é necessário realizar mais entrevistas é a ocorrência de repetições nas falas dos entrevistados, o que indica a saturação teórica (FRANCIS *et al.*, 2010). Nesse ponto, não há mais a emergência de novas informações relevantes, indicando que a amostra entrevistada já é representativa o suficiente para a compreensão do fenômeno em estudo. Essas recomendações são considerações importantes para garantir a adequação da amostra e a obtenção de dados ricos e significativos para a pesquisa qualitativa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 A CSA Artigo 5º

Assim como a tendência comum a outras experiências de CSAs, a demanda por alimentos saudáveis foi um dos principais impulsionadores para a criação da CSA Artigo 5º. Diante da preocupação crescente com a qualidade dos alimentos

disponíveis no mercado e a busca por uma alimentação mais saudável, um grupo de amigos formado por agrônomos e geógrafos percebeu a carência de opções que atendessem a essas necessidades no estado de Goiás. A ideia de ter acesso a produtos frescos, livres de agrotóxicos e cultivados de forma sustentável se tornou uma motivação fundamental para a formação da CSA.

Foi durante o período da pandemia que essa ideia ganhou força, impulsionada pelo desejo de ter acesso a alimentos saudáveis e de qualidade, ao mesmo tempo em que se buscava apoiar a agricultura familiar e local.

A CSA foi iniciada por um grupo inicial de 12 pessoas, que identificaram no assentamento Canudos, localizado próximo a Goiânia, a oportunidade de estabelecer uma parceria com dois agricultores que já estavam em um processo de transição agroecológica. A escolha desses agricultores levou em consideração a premissa central da CSA, que é promover a economia local e estabelecer uma relação de proximidade entre produtores e consumidores. Essa decisão estratégica permitiu aos membros da CSA Artigo 5º não apenas ter acesso a alimentos frescos e saudáveis, mas também estabelecer uma conexão direta com os agricultores, fortalecendo os laços entre a comunidade e a produção agrícola local.

Após intensas conversas e trocas de ideias entre os coagricultores e agricultores, a decisão de oficializar a CSA Artigo 5º foi tomada durante uma reunião realizada em outubro de 2020. Durante as entrevistas realizadas, ficou evidente que a criação da CSA Artigo 5º foi impulsionada por um forte senso de confiança mútua entre todos os envolvidos. Essa confiança foi fundamental para fortalecer as relações e parcerias necessárias na busca por um sistema alimentar mais justo, sustentável e alinhado aos princípios da agricultura familiar e agroecologia. A partir desse momento, a CSA Artigo 5º ganhou impulso e se estabeleceu como uma iniciativa promissora, com o propósito de promover a segurança alimentar, valorizar a produção local e estabelecer uma relação próxima entre produtores e consumidores. Essa abordagem busca criar uma transformação positiva nos hábitos de consumo e nas práticas agrícolas, incentivando uma conexão direta e consciente com os alimentos que são produzidos, consumidos e compartilhados dentro da comunidade da CSA.

Na CSA Artigo 5º, a participação dos coagricultores e agricultores não requer o pagamento de uma taxa de adesão. Em vez disso, os futuros membros são

convidados a se envolverem ativamente no processo de socialização, concordando com os termos estabelecidos (Apêndice 3). Um aspecto importante desse compromisso é a eleição de, pelo menos, um comitê pelo coagricultor, no qual eles se tornam membros atuantes. Esses comitês são fundamentais para garantir o bom funcionamento e a sustentabilidade da CSA: a) Apoio Técnico e Mutirões: tem como objetivo fornecer suporte técnico aos agricultores, compartilhar conhecimentos e organizar mutirões para auxiliar nas atividades agrícolas; b) Registros e Publicidade: é responsável por manter registros precisos das contribuições dos coagricultores, gerenciar a divulgação da CSA e promover seus valores e princípios; c) Pagamento e Cobrança: tem a função de administrar as contribuições financeiras dos coagricultores, garantindo uma arrecadação adequada para o funcionamento da CSA; e d) Mediação/Organização de Reuniões de Avaliação e Reavaliações: é responsável por facilitar a comunicação entre os coagricultores, organizar reuniões periódicas para avaliar o andamento da CSA e promover discussões sobre possíveis melhorias e ajustes necessários.

Essa abordagem visa promover um senso de responsabilidade compartilhada e participação ativa dos membros da CSA, fortalecendo a colaboração e o engajamento coletivo no desenvolvimento e no funcionamento do sistema.

Atualmente, a CSA Artigo 5º conta com a participação de 49 famílias coagricultoras. Esse número representa um crescimento significativo desde a sua criação, demonstrando o interesse da comunidade local em apoiar a agricultura familiar e adotar um estilo de vida mais sustentável. A presença de um número substancial de coagricultores fortalece a diversidade e a resiliência do sistema, permitindo a produção de uma ampla variedade de alimentos e promovendo a troca de conhecimentos e experiências entre os participantes.

Os mutirões com coagricultores ocorrem a cada 2 meses e são organizados de acordo com a demanda dos produtores. Embora a participação nos mutirões não seja obrigatória, ela é fortemente incentivada pela CSA. Os mutirões oferecem uma oportunidade valiosa para os coagricultores se envolverem ativamente nas atividades agrícolas e colaborarem com os agricultores. Essa participação voluntária fortalece os laços comunitários, promove o aprendizado mútuo e contribui para a construção de uma relação de confiança e solidariedade entre os membros da CSA. Além disso, os mutirões proporcionam aos coagricultores uma experiência prática e

enriquecedora no sistema agrícola, permitindo-lhes compreender melhor o trabalho e os desafios enfrentados pelos agricultores. Através desse envolvimento ativo, os coagricultores podem se sentir parte integrante do processo de produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, fortalecendo assim os princípios da CSA e sua missão de promover uma agricultura familiar e agroecológica.

Todas as decisões são tomadas de forma coletiva pelo grupo de coagricultores em reuniões realizadas a cada 3 meses, ou quando surge uma demanda específica que requer uma tomada de decisão imediata. Embora a participação nas reuniões não seja obrigatória, os coagricultores são incentivados a participar devido à importância desses encontros para o funcionamento e desenvolvimento da CSA. Nas reuniões, são discutidos diversos temas, como planejamento das atividades, definição de metas, distribuição de tarefas, resolução de questões pertinentes e avaliação do progresso da CSA. O engajamento dos coagricultores nas reuniões promove um ambiente democrático e participativo, no qual todos têm a oportunidade de expressar suas opiniões, contribuir com ideias e influenciar as decisões que afetam o coletivo. A participação ativa nas reuniões fortalece o senso de responsabilidade compartilhada e o sentimento de pertencimento à comunidade da CSA, além de promover a transparência e a cooperação entre os membros. É por meio desses encontros que a CSA Artigo 5º assegura que as decisões sejam tomadas de forma consensual, levando em consideração os valores, princípios e interesses dos coagricultores, e garantindo assim a sustentabilidade e o sucesso da iniciativa.

O Organismo de Produção Agroecológica Colmeia, está localizado em uma área de 10 hectares no Projeto de Assentamento Canudos, e a área de produção destinada à CSA abrange 2 hectares e é dedicada ao cultivo de hortaliças e agrofloresta. Os responsáveis por essa produção são os agricultores Waldir Barbosa e José Valdir Misnerovicz, em parceria com um colaborador adicional. Esse colaborador possui carteira assinada e recebe um salário e meio, além de ter o benefício de consumir os alimentos produzidos na CSA. A partir desses 2 hectares, a Colmeia é capaz de fornecer aproximadamente meia tonelada de produtos frescos e saudáveis mensalmente. Essa produção representa um compromisso com a agricultura sustentável e a oferta de alimentos de qualidade para os membros da CSA e suas famílias.

Cada cesta de produtos da CSA Artigo 5º é composta por aproximadamente 10 alimentos diversos, proporcionando aos coagricultores uma variedade nutritiva e saudável. É importante ressaltar que a mensalidade paga pelos coagricultores é de R\$ 200,00 reais, representando um preço justo pela qualidade e diversidade dos alimentos oferecidos ao longo do período de assinatura.

A entrega das cestas ocorre aos sábados, das 9 às 11 hs, na Paróquia São Judas, localizada no setor Coimbra em Goiânia. Além disso, é válido mencionar que o excedente de produtos é comercializado na feira agroecológica da ADUF-UFG, que acontece às quartas-feiras, das 9 às 14 hs. Essas informações são relevantes tanto para os coagricultores, que têm acesso a alimentos saudáveis e frescos, como para os consumidores que buscam opções sustentáveis e de qualidade na feira agroecológica.

A CSA Artigo 5º valoriza a solidariedade e a responsabilidade social, por isso, a possibilidade de fazer doações de alimentos está presente. As cestas de alimentos não retiradas no dia da entrega são doadas a instituições pré indicadas por agricultores. Essa medida visa evitar desperdícios e garantir que os alimentos produzidos sejam aproveitados de maneira adequada, beneficiando aqueles que mais necessitam. Além disso, caso a CSA receba uma solicitação de uma quantidade específica de alimentos para doação, é possível que todo o estoque de cestas da semana seja destinado para essa finalidade, desde que haja consenso e acordo entre os membros do grupo.

Através dessas doações, a CSA busca contribuir para o combate à insegurança alimentar e promover a solidariedade com a comunidade local. Ao compartilhar os alimentos produzidos de forma sustentável e saudável, demonstra seu compromisso com a construção de um sistema alimentar mais justo e equitativo. É importante ressaltar que as doações de alimentos são uma decisão coletiva e refletem os valores e princípios da CSA Artigo 5º, reforçando o espírito de cooperação e solidariedade entre os membros e a comunidade em geral.

5.2 Os agricultores e a Colmeia

Os agricultores Waldir Barbosa e José Valdir são os responsáveis pelo cuidado e manejo do Organismo de Produção Agroecológica Colmeia, localizado no

Assentamento Canudos. Como produtores engajados, eles possuem um sólido entendimento dos princípios e práticas da agroecologia e estão comprometidos em implementar a transição agroecológica na área. A transição agroecológica é um processo gradual que busca transformar as práticas agrícolas convencionais em práticas sustentáveis e ecologicamente equilibradas. Isso implica a adoção de técnicas como o manejo integrado de pragas, o uso de adubos orgânicos, a diversificação de culturas e a conservação dos recursos naturais.

Nesse processo foi implantado um sistema agroflorestal diversificado, incorporando uma variedade de espécies de árvores frutíferas, plantas medicinais, etc. Algumas das espécies cultivadas no sistema incluem banana, cajamanga, limão, maracujá, caju, mamão, goiaba, tamarindo, laranja, pimentão, jiló, jenipapo e outras. Os SAFs (Sistemas Agroflorestais) são sistemas que buscam a sucessão natural, onde ao longo do tempo, as plantas de ciclo mais longo vão sendo substituídas por plantas de ciclo mais curto. Isso significa que o agricultor cultiva, no mesmo espaço, tanto culturas de interesse econômico quanto plantas que, ao se sucederem, irão formar a nova vegetação em áreas degradadas. Dessa forma, os SAFs se mostram como uma alternativa viável e sustentável, com abordagem agroecológica, para a recomposição de reserva legal e a produção de alimentos na agricultura familiar (CORDEIRO *et al.*, 2018). Nesse sistema, árvores frutíferas, árvores de sombra e outras plantas perenes são cultivadas em conjunto, criando um microclima favorável para o desenvolvimento das culturas. A agrofloresta promove a reciclagem de nutrientes, a fixação de carbono e a conservação dos recursos hídricos. Além disso, elas produzem frutas que podem ser colhidas e consumidas pelos agricultores e membros da CSA (ÁVILA, 1999).

Há, ainda, uma área dedicada ao cultivo de hortaliças, que inclui culturas como cebolinha, alface, repolho, almeirão, coentro, salsinha, tomate, quiabo, rabanete, açafrão, entre outras. Essas hortaliças de ciclo curto são cultivadas em canteiros ou sistemas de plantio direto, seguindo os princípios da agroecologia. Além disso, os agricultores destinaram uma área específica para o plantio de culturas anuais, como milho, feijão, e outras, que complementam a diversidade de alimentos produzidos na CSA.

Essa abordagem de implementar a agrofloresta com uma variedade de espécies frutíferas, plantas medicinais e hortaliças, associado a área destinada ao

plantio de culturas anuais, promove a resiliência do sistema, a conservação dos recursos naturais, a diversidade de alimentos e a produção sustentável. Além disso, a agrofloresta proporciona um ambiente rico em biodiversidade, contribuindo para a preservação da flora e da fauna local. Por meio dessa combinação de agrofloresta, hortaliças e culturas anuais, os agricultores buscam criar um sistema agrícola equilibrado, onde a interação entre as plantas e a conservação do meio ambiente são valorizadas, resultando em alimentos saudáveis e de qualidade para os consumidores da CSA. Conforme destacado por Castro *et al.* (2012), um dos pontos positivos da agricultura familiar ao adotar sistemas agroflorestais é a capacidade de se tornarem autossuficientes na produção de mudas, plantas frutíferas, medicinais e alimentos. Essa autossuficiência contribui diretamente para a consolidação de um sistema mais sustentável e saudável na propriedade, fortalecendo a independência do agricultor e reduzindo a dependência de recursos externos.

A Colmeia recebe regularmente, visitas de diferentes grupos, incluindo alunos do ensino fundamental e médio, instituições de pesquisa e estudantes de várias universidades. Essas visitas proporcionam oportunidades educativas e de aprendizado sobre agroecologia, sustentabilidade e práticas agrícolas sustentáveis.

Alunos do ensino fundamental e médio têm a chance de vivenciar na prática os princípios agroecológicos, compreendendo a importância da produção de alimentos de forma sustentável e a relação entre agricultura e meio ambiente. Essas visitas ajudam a despertar a consciência ambiental e promovem uma compreensão mais ampla dos desafios e soluções relacionados à produção de alimentos saudáveis.

Instituições de pesquisa e alunos universitários aproveitam essas visitas para obter insights valiosos sobre as práticas agroecológicas implementadas na Colmeia. Eles podem realizar estudos e pesquisas, coletar dados e trocar conhecimentos com os agricultores, contribuindo assim para o avanço da agroecologia como campo de estudo e prática.

Essas visitas proporcionam uma oportunidade de interação direta com os agricultores, permitindo que os visitantes conheçam de perto as experiências, desafios e sucessos do manejo agroecológico. Além disso, as visitas também promovem a disseminação do conhecimento agroecológico e inspiram outras pessoas a adotarem práticas mais sustentáveis em suas próprias áreas de atuação.

Dessa forma, a abertura da Colmeia para visitas de alunos e pesquisadores contribui para a educação ambiental, o intercâmbio de conhecimentos e o fortalecimento da conscientização sobre a importância da agroecologia e da produção de alimentos sustentáveis.

Com relação ao cultivo, os agricultores enfrentam alguns desafios e dificuldades. O desequilíbrio ambiental, devido ao resquício da monocultura existente no local e no entorno, é uma das principais questões a serem enfrentadas. Além disso, o acesso limitado a ferramentas e equipamentos adequados para o manejo agroecológico e agroflorestal, como semeadoras de hortaliças e mudas, é um obstáculo significativo. Outro ponto de preocupação é o desequilíbrio na população de insetos cortadores, como o piolho de cobra, que pode causar danos consideráveis às sementes e mudas de determinadas espécies, como couve, repolho e brócolis.

A transição agroecológica envolve diversas etapas, tanto dentro quanto fora do sistema de produção, dependendo do quão distante o sistema produtivo está da sustentabilidade. Segundo o Marco Referencial em Agroecologia, publicado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 2006, são identificados três passos da transição que ocorrem dentro das propriedades. O primeiro passo consiste na redução e racionalização do uso de agroquímicos e fertilizantes sintéticos. Em seguida, ocorre a substituição dos insumos químicos por outros de origem biológica. Por fim, há o manejo da biodiversidade e o redesenho dos sistemas produtivos, visando promover a sinergia entre os elementos naturais e maximizar os benefícios ambientais e produtivos. Esses passos representam um caminho rumo à agricultura mais sustentável e em harmonia com os princípios da agroecologia (EMBRAPA, 2006).

É importante destacar que na Agroecologia, os agricultores adotam uma abordagem diferenciada em relação às “pragas” e “plantas daninhas”. Em vez de considerá-las como inimigos a serem eliminados, eles reconhecem que todos os seres têm sua função na natureza. Apesar disso, têm sido observadas superpopulações de certas espécies, como o piolho de cobra, vaquinha verde amarela, colchonilha, pulgão e formiga cortadeira. Segundo Mariani & Henkes (2015), ainda é responsabilidade dos pequenos agricultores a oportunidade de restaurar o equilíbrio ambiental e demonstrar os resultados positivos dessa

abordagem. Os agricultores familiares podem mostrar, por meio de práticas sustentáveis e orgânicas, que é possível obter uma produção abundante e rentável, ao mesmo tempo em que protegem o meio ambiente e promovem a saúde do solo e dos ecossistemas.

Para lidar com a superpopulação de determinadas espécies, os agricultores adotam estratégias de controle biológico, introduzindo predadores naturais no sistema, como o thricograma, o bicho lixeiro e as minhocas. Segundo Oliveira et al. (2004), o controle biológico, por meio do uso de insetos, desempenha um papel crucial na preservação do equilíbrio ambiental, sendo um método eficaz, especialmente quando combinado com outras medidas de controle. No Brasil, o controle biológico de pragas tem avançado significativamente, com várias empresas produzindo agentes de controle natural para diversas pragas agrícolas (LANDERS & OLIVEIRA, 2018). Além disso, é essencial realizar uma identificação cuidadosa dos inimigos naturais presentes no sistema agrícola. Além disso, utilizam caldas biológicas feitas a partir de ingredientes naturais, como mamona, pimenta, capim guiné, sabão neutro, fumo, alho, urina de vaca e leite, que auxiliam no controle das pragas e doenças de forma sustentável.

O uso de substâncias com propriedades inseticidas extraídas de plantas é amplamente destacado devido à sua renovação, fácil degradação e menor impacto ambiental. Essas substâncias são valorizadas por sua capacidade de combater pragas de forma eficaz, enquanto o desenvolvimento de resistência por parte dos insetos é um processo mais lento em comparação com o uso de agrotóxicos (OLIVEIRA *et al.*, 2007). Além disso, esses inseticidas não apenas garantem a segurança dos operadores, mas também possuem baixo valor agregado, conforme apontado por Mariani & Henkes (2015).

Em relação à substituição dos adubos químicos, os agricultores optam por utilizar materiais orgânicos. Esterco de gado, cama de frango, cama de equino, urina de vaca, cinza de silo ou olaria, palha de arroz e adubos verdes, como crotalaria, feijão guandu, margaridão, mucuna preta e feijão de porco, são algumas das alternativas adotadas. Embora possam enfrentar algumas dificuldades na aquisição desses produtos, buscam opções locais e sustentáveis para suprir as necessidades nutricionais das plantas.

Dentre as culturas, algumas apresentam maior desafio de adaptação ao sistema agrícola orgânico. O cultivo de maracujá, feijão, abóbora e pepino demanda atenção extra, devido à sua maior suscetibilidade a doenças e “pragas”. Por outro lado, culturas como mandioca, açafrão, bananeira, alface e rabanete têm uma adaptabilidade mais favorável na maioria das condições, facilitando sua produção no contexto orgânico.

Os agricultores adotam uma série de técnicas para otimizar a produção e aumentar a produtividade. O uso de caldas biofertilizadoras, calcário, yorin e adubos orgânicos contribui para melhorar a qualidade do solo e o crescimento das plantas. Além disso, o uso do bokashi, um fertilizante orgânico fermentado, se mostrou especialmente eficiente no aumento da produção. Os agricultores também estão avaliando novas técnicas, como a colocação de copos transparentes ao redor das mudas para protegê-las do piolho de cobra, e o uso de uma mistura específica de materiais orgânicos como caule de bananeira, serrapilheira de mata, cinza e cama de frango nos berços de plantio de algumas hortaliças, visando obter melhores resultados. São inúmeros os trabalhos de pesquisa que realizam testes com uso de biofertilizantes na agricultura orgânica e os resultados são os mais promissores possíveis. Provando a veracidade e a importância que este tipo de adubo exerce sobre a vida dos agricultores familiares, os quais auxiliam na promoção de uma agricultura mais sustentável a qual permitirá um futuro melhor para as próximas gerações (LAPICCIRELLA *et al.*, 2022).

Embora atualmente não estejam praticando a compostagem, os agricultores reconhecem a importância fundamental dessa técnica. A compostagem desempenha um papel essencial ao enriquecer o solo com matéria orgânica de alta qualidade, melhorando sua estrutura e capacidade de retenção de água. Além disso, ela promove a ciclagem de nutrientes, reduzindo a dependência de adubos químicos. Conscientes desses benefícios, os agricultores têm planos de retomar a compostagem em um futuro próximo, com o objetivo de impulsionar a sustentabilidade e a produtividade de suas culturas.

É fundamental enfatizar que o monocultivo não traz vantagens para a agricultura familiar. Isso ressalta ainda mais a necessidade de adotar práticas agrícolas sustentáveis e diversificadas, que proporcionam benefícios como maior estabilidade econômica e preservação do solo e dos ecossistemas. Ao optar por

sistemas agroecológicos e diversificados, os agricultores familiares têm a oportunidade de alcançar resultados mais promissores, fortalecendo a segurança alimentar, a resiliência econômica e a conservação ambiental de maneira integrada e sustentável. Dessa forma, é possível criar um cenário favorável para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Segundo Medina *et. al.* (2018), agricultores familiares que diversificam as atividades têm maiores possibilidades para compor a sua renda, pois no estudo Retrato da agricultura familiar em Goiás: relevância, sistemas de produção e alternativas para sua consolidação, a renda de sistemas de produção pouco diversificados se mostrou menor do que a renda de sistemas mais diversificados.

5.3 Os coagricultores

Os formulários atribuídos aos consumidores foram disponibilizados online, através da plataforma Google Forms, onde foi possível receber respostas entre os meses de maio a junho. Foi assegurado o comprometimento ético e acadêmico no tratamento dos dados, e os consumidores tiveram a opção de aceitar os termos antes de responderem ao formulário online de forma voluntária. O formulário foi enviado aos 49 coagricultores. Deste total, apenas 20 respondentes. Apesar de baixo o retorno (considerando o total de 49 famílias/indivíduos), foi possível traçar algumas informações importantes a respeito do perfil dos coagricultores da CSA Artigo 5º.

A pesquisa revelou que a maioria dos coagricultores são mulheres, representando 60% do total, confirmando pesquisa realizada por Ertmanska (2015). Esses dados reforçam a tendência de as mulheres serem as principais responsáveis pelo cuidado com a alimentação no contexto familiar. Quanto à faixa etária dos coagricultores, 53% têm entre 35 e 50 anos, enquanto 37% têm acima de 51 anos.

Com relação ao nível educacional dos coagricultores, estudos anteriores, como os de Adam (2006) e Brown & Miller (2008), mostraram que o nível educacional dos participantes está acima da média nacional. Esse padrão também foi observado em uma pesquisa realizada por Sales (2019) junto à CSA Organicamente, onde 88% dos respondentes possuíam ensino superior. Na CSA Artigo 5º, os resultados revelaram um quadro ainda mais elevado, com 95% dos

participantes possuindo ensino superior completo, sendo que desses, 77,78% possui pós-graduação. Esses números evidenciam um alto nível educacional entre os coagricultores dessa comunidade.

São índices considerados elevados quando comparados aos níveis nacionais, em que cerca de 48,8% da população com 25 anos ou mais possui concluíram, no mínimo, o ensino médio (IBGE, 2019).

É notável no perfil dos coagricultores da CSA Artigo 5º, o aspecto relacionado à renda média mensal. De acordo com a pesquisa, a maioria dos participantes (85%) recebe acima de 4 salários mínimos, sendo que cerca de 35,29% desses têm uma renda superior a 10 salários mínimos. Essa tendência também foi observada no estudo realizado por Sales (2019), no qual uma parcela significativa dos coagricultores (57%) recebia entre 10 e mais de 15 salários mínimos mensais. Esses números evidenciam que uma parte considerável dos coagricultores possui uma renda mensal acima da média nacional. Esses dados divergem da média nacional, uma vez que os brasileiros, em geral, possuem uma renda média mensal de 2,3 salários mínimos (IBGE, 2017).

A maioria dos participantes da CSA demonstrou um alto grau de satisfação, conforme revelado pelas respostas relacionadas ao tempo de envolvimento. Surpreendentemente, 72% dos entrevistados afirmaram estar participando há mais de um ano, apesar do fato de a CSA ter menos de três anos de existência. Esse dado ressalta a satisfação dos coagricultores em relação à experiência na CSA. Além disso, é notável que muitos dos participantes da CSA tomaram conhecimento da existência do projeto por meio de indicações de outras pessoas. Essa constatação destaca a importância do compartilhamento de informações e recomendações entre amigos e conhecidos como uma forma efetiva de divulgação da CSA.

Dentre as diversas questões abordadas na pesquisa, uma delas envolveu a motivação dos consumidores na escolha de alimentos comercializados nesse contexto. Embora não tenha sido solicitado aos participantes que hierarquizassem ou indicassem o grau de importância das opções apresentadas, os resultados revelaram algumas tendências interessantes. A resposta mais frequente foi relacionada às “Questões político/social/ideológico”, sendo mencionada em 8 das 20 respostas. Em seguida, a “Possibilidade de favorecer os agricultores locais” foi

apontada por 6 dos participantes. Além disso, 4 dos entrevistados destacaram a “Opção por alimentos saudáveis” como um fator motivador. Essas informações indicam a diversidade de motivações presentes entre os consumidores da CSA/Agroecológicos e demonstram a importância de considerar múltiplos aspectos ao compreender suas escolhas.

Quando questionados sobre seu envolvimento nas atividades da CSA Artigo 5º, os consumidores revelaram sua participação ativa na comunidade. Dos participantes, 45% estão envolvidos no consumo dos produtos e participam ativamente das atividades da CSA, enquanto 30% mostraram interesse em se engajar ainda mais nas atividades. Esses dados evidenciam a importância da participação dos coagricultores para fortalecer a comunidade e promover a agricultura sustentável. Através de seu envolvimento, os coagricultores têm a oportunidade de adquirir conhecimentos sobre práticas agroecológicas, compartilhá-los e estabelecer laços de solidariedade e cooperação com os demais membros. Essa participação ativa dos coagricultores é fundamental para o desenvolvimento e fortalecimento da CSA Artigo 5º.

Quando questionados sobre seu nível de conhecimento em produção orgânica e agricultura familiar, os coagricultores da CSA Artigo 5º apresentaram resultados expressivos. Cerca de 71% relataram possuir um conhecimento médio sobre o tema, enquanto 29% afirmaram possuir um conhecimento avançado. Esses números indicam que a maioria dos coagricultores possui um bom entendimento sobre os princípios e práticas da produção orgânica e agricultura familiar.

Além disso, quando questionados se acreditavam que a CSA Artigo 5º poderia servir como modelo para outras comunidades e regiões, a resposta foi unânime. Todos os participantes, ou seja, 100% dos respondentes, afirmaram que sim. Essa alta taxa de concordância demonstra a confiança e a valorização dos coagricultores em relação ao modelo de CSA e seu potencial para ser replicado e adaptado em outras localidades.

Quanto à recomendação da participação na CSA para outras pessoas, novamente a resposta foi unânime. Todos os participantes, ou seja, 100% dos respondentes, afirmaram que sim, recomendariam a participação na CSA. Essa alta taxa de recomendação reflete a satisfação e o reconhecimento dos coagricultores em relação aos benefícios e experiências proporcionados pela CSA Artigo 5º.

Esses resultados evidenciam a valorização do conhecimento, o reconhecimento do potencial transformador da CSA e a satisfação dos coagricultores com sua participação nesse sistema de produção e consumo. Através do engajamento ativo, da troca de conhecimentos e da disseminação desse modelo, a CSA Artigo 5º contribui não apenas para o fortalecimento da agricultura familiar e da produção orgânica, mas também para a construção de uma sociedade mais consciente e sustentável.

Quando questionados sobre se a participação na CSA mudou sua percepção sobre a forma de produzir e consumir alimentos, os coagricultores da CSA Artigo 5º compartilharam respostas significativas. Entre as respostas mais frequentes, destacou-se o reconhecimento da importância da sazonalidade dos alimentos, algo que muitas vezes passava despercebido nos mercados convencionais. Além disso, a participação na CSA aprimorou a percepção dos coagricultores sobre a importância da relação direta entre consumidor e agricultor. Eles puderam vivenciar de forma mais próxima e significativa o processo de produção dos alimentos, entendendo as práticas adotadas pela agricultura familiar e o impacto positivo dessa relação de proximidade.

Outro ponto mencionado foi a melhoria na percepção sobre a organização da produção na agricultura familiar. Os coagricultores passaram a ter uma compreensão mais clara e apreciativa da forma como os agricultores familiares organizam sua produção, considerando aspectos como diversidade de cultivos, manejo sustentável do solo e preservação dos recursos naturais.

A CSA tem se mostrado uma poderosa ferramenta para promover o desenvolvimento sustentável e fortalecer a agricultura familiar, conforme destacado pelas opiniões dos participantes. Todos os entrevistados concordaram que a CSA desempenha um papel significativo nesse sentido.

Quanto à relevância social, econômica e ambiental de iniciativas como a CSA, foram mencionados diversos aspectos pelos coagricultores. Primeiramente, eles ressaltaram que a CSA...“contribui para incentivar outras iniciativas semelhantes, servindo como exemplo e demonstrando que é possível produzir alimentos de forma saudável e sustentável”. Além disso... “a CSA gera empregos, promove a distribuição de renda e mostra uma preocupação ativa com o meio ambiente”.

Outro ponto destacado pelos coagricultores foi a... “importância de manter a agricultura familiar no campo com dignidade, garantindo uma renda estável para as famílias e, ao mesmo tempo, evitando impactos negativos ao meio ambiente”. Através do envolvimento com a CSA, “os coagricultores adquirem conhecimento sobre as práticas de produção e desenvolvem uma consciência maior das dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares”. Isso também desperta um senso de responsabilidade e a compreensão do que é necessário para promover uma produção mais sustentável.

Essas opiniões enfatizam a relevância social, econômica e ambiental das iniciativas como a CSA. Ao valorizar a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a CSA desempenha um papel fundamental no fortalecimento da agricultura familiar, na geração de renda e empregos, e na preservação dos recursos naturais. Essa abordagem integrada contribui para um sistema alimentar mais justo, equilibrado e em harmonia com o meio ambiente.

De acordo com as opiniões dos coagricultores, a CSA Artigo 5º enfrenta alguns desafios significativos. Entre os principais desafios mencionados estão a logística e a necessidade de um maior envolvimento dos coagricultores. A gestão, infraestrutura e transporte também foram apontados como pontos a serem melhorados. A diversidade alimentar foi destacada como um desafio importante, com a necessidade de ampliar o grupo para viabilizar uma maior variedade de alimentos. Além disso, os coagricultores sugeriram a ampliação da comunidade, a criação de um armazém, o desenvolvimento de trabalhos pedagógicos com escolas e o envolvimento dos coagricultores através de atividades coletivas e integrativas, incluindo atividades culturais. Outro desafio mencionado foi a diversificação da oferta de produtos, com possíveis parcerias com outros produtores familiares, bem como uma melhor apresentação dos produtos e dos locais de entrega e venda. Essas percepções refletem a necessidade contínua de aprimoramento e busca por soluções para garantir o crescimento e a sustentabilidade da CSA Artigo 5º.

6. CONCLUSÃO

A pesquisa realizada proporcionou informações relevantes sobre os desafios, limitações e possibilidades enfrentados pela CSA Artigo 5º, bem como uma análise

detalhada do perfil dos coagricultores. Os resultados obtidos demonstram a eficácia da CSA em atender às expectativas dos seus membros, destacando sua importância como um modelo de desenvolvimento sustentável e fortalecimento da agricultura familiar. Além disso, os resultados da pesquisa fornecem subsídios valiosos para aprimorar a gestão da CSA Artigo 5º, e indicam que esse modelo pode ser viável e replicável em outras comunidades e regiões.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Katherine L. **Community supported agriculture**. Butte, MT: ATTRA-National Sustainable Agriculture Information Service, 2006.
- ALMEIDA, S. G.; PETERSON, P.; CORDEIRO, A. **Crise Socioambiental e Conversão Ecológica da Agricultura**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001. 122p.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: PTA- FASE, 1989. 240 p.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.
- ASSAD, E. D.; MARTINS, S. C.; PINTO, H. S. **Sustentabilidade no Agronegócio Brasileiro**. 2012. 52p.
- ÁVILA, M. **Aspectos socioeconômicos de la Agroforestería**. IN: KRISHNAMURTHY, L. ; ÁVILA, M. Agroforestería básica. Primeira edición. México, D.F. México: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente, Oficina Regional para América y el Caribe, Red de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe. Série Textos Básicos para la Formación Ambiental n.3, 1999.
- BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BROWN, C.; MILLER, S. **The impacts of local markets: a review of research on farmers markets and community supported agriculture (CSA)**. American Journal of Agricultural Economics, 2008, 90.5: 1298-1302.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretária da Agricultura Familiar. **O que é o Pronaf?** Brasília: MDA/SAF, 2005.
Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf>>. Acesso em: 15 de maio de 2023.
- BRASIL. Censo Agropecuário 2006: **Agricultura Familiar Primeiros Resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 365p.
- CAMARGO, F. S.; SOARES, C. O. Perspectivas para inovação no agronegócio brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Ano XXX, n. 3, p. 3-7, 2021.
- CANDIOTTO, L. Z. P. Agroecologia: Conceitos, princípios e sua multidimensionalidade. **AMBIENTES**. Volume 2, Número 2, 2020, pp. 25-75.
- CAPORAL, F. R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. Brasília: 2009. 30 p.
- CAPORAL, F. R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. In: CAPORAL, F. R; AZEVEDO, E. O. (orgs.). **Princípios e perspectivas da agroecologia**. Curitiba: IFPR, 2011. 192p.

CAPORAL F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável** (texto provisório para discussão). Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2002. (Série Programa de Formação Técnico-Social da EMATER/RS. Sustentabilidade e Cidadania, texto 5).

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. In: Tommasino, H.; Hegedüs, P. de. (Eds.). Extensión: reflexiones para la intervención en el medio urbano y rural. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Agronomía – Universidad de la República Oriental del Uruguay, 2006.

CARMO, M. S. **A produção familiar como lócus ideal da agricultura sustentável**. In: FERREIRA, Â. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.). Para pensar outra agricultura. Curitiba: Ed. UFPR, 1998.

CONTINI, E.; ABEL, P.; BUAINAIN, A. M.; GRUNDLING, R. Agro brasileiro em evolução: complexidade e especialização. **Revista de política agrícola**, 2020.

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB do agronegócio 2022**. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/PIB-DO-AGRONEGOCIO-2022>. Acesso em: 16 de maio de 2023.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. **“Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável”**. In: Vela, Hugo. (Org.): Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194.

CASTRO, D.; MELLO, R. S. P.; POESTER, G. C. (ORGS). **Práticas para restauração da mata ciliar**. Porto Alegre: Catarse – Coletivo de Comunicação, 2012. 60 p.; IL. ISBN 85-63-199072.

CSA Brasil (2020). **Comunidades que Sustentam a Agricultura**. Disponível em: <http://www.csabrasil.org/csa>. Acesso em: 24 de março de 2023.

COLBARI, A. **A Análise de Conteúdo e a Pesquisa Empírica Qualitativa**. Em: SOUZA, E. M Metodologias e Analíticas Qualitativas em Pesquisa organizacional uma abordagem teórico conceitual. Editora Edufes, 2014, p. 241-174.

CORDEIRO, S. A.; SILVA, M. L.; OLIVEIRA NETO, S.; OLIVEIRA, T. M. Simulação da variação do espaçamento na viabilidade econômica de um sistema agroflorestal. **Floresta Ambiental**. V. 25, N. 1, 2018.

DOS SANTOS, W. F. **Criação e Estruturação de Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA)**. 2017. Disponível em: <http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/detalhar-tecnologia>. Acesso em: 14 de maio de 2023.

DUARTE, F. G. **A expansão da produção canaveira e as transformações socioeconômicas e ambientais em Rio Brilhante/MS**: Diferentes olhares. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, DF. 182p, 2011.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2.ed. São Paulo: Livraria e Editora Agropecuária, 1999. 157 p.

EMBRAPA (2006). **Marco referencial em agroecologia**. 1. ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica.

ERTMANSKA, K. Community supported agriculture (CSA) as a form of sustainable consumption. **Acta Scientiarum Polonorum**. O economia, 2015, 14.2.

ERNST, M., WOODS, T. 2009. “**Community Supported Agriculture (CSAs)**”. New Crop Opportunity Center Marketing Bulletin, University of Kentucky, August. Disponível em: <http://www.uky.edu/Ag/NewCrops/csareport.pdf>. Acesso em: 18 de maio de 2023.

LANDERS, J. N.; OLIVEIRA, H. N. Controle biológico: o próximo pulo do gato. **Revista Plantio Direto & Tecnologia Agrícola**. v. 28, n. 162, p.2-4, 2018.

LAPICCIRELLA, J. N.; CARNEIRO JÚNIOR, D. C. F.; ROCHA, C. H.; ARAUJO, I. S. A.; MATOSO, A. O. O uso de Biofertilizantes na Agricultura Orgânica. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - **Anais do 2º Congresso Online Internacional de Sementes Crioulas e Agrobiodiversidade – Dourados/MS - v. 17, no 2, 2022.**

GASKELL, G. **Entrevistas individuais e de grupos**. IN: Bauer, M. W., & GASKELL, G. (2002). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Editora Vozes Limitada. 2002.

GLIESSMAN, S. R. **Quantifying the agroecological component of sustainable agriculture: a goal**. In: GLIESSMAN, S. R. (ed.). Agroecology: researching the ecological basis for sustainable agriculture. New York: Springer-Verlag, 1990. p.366-399.

GLIESSMAN, Stephen. Defining Agroecology. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 42, nº 6, pp. 599-600, 2018.

GODFRAY, H. C. J., BEDDINGTON, J. R., CRUTE, I. R., HADDAD, L., LAWRENCE, D., MUIR, J. F., PRETTY, J., ROBINSON, S., THOMAS, S. M., TOULMIN, C. (2010). **Food security: the challenge of feeding billion people**. *science*, 327(5967), 812-818.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev/2000. 74 p.

HENDERSON, E. Keynote for Urgenci Kobe Conference 2010, **Community Supported Foods and Farming**. 22 fev. 2010. Disponível em: <http://urgenci.net/csa-history/>. Acesso em: 17 de abril de 2023.

HITCHMAN, J. Agricultura sustentada pela comunidade: um modelo que prospera na China. **Revista Agriculturas**. 2015. Disponível em: <http://aspta.org.br/revista/v12-n2-novas-conexoes-entre-o-rural-e-o-urbano/agricultura-sustentada-pela-comunidade-um-modelo-que-prospera-na-china/> Acesso em: 16 de março de 2023.

HLPE. **Sustainable agricultural development for food security and nutrition: what roles for livestock?** 2016. Disponível em: <https://www.unscn.org/uploads/web/news/HLPE-Report-10-EN.pdf>. Acesso: 17 de abril de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agro 2017**. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 de abril de 2023.

KAMIYAMA, A. Cadernos de Educação Ambiental 13. **Caderno Agricultura Sustentável**. São Paulo: SMA, 2011. 76p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social**. In: DESLANDES, S. F. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 30. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARIANI, C. M.; HENKES, J. A. Agricultura orgânica x agricultura convencional soluções para minimizar o uso de insumos industrializados. **R. gest. sust. ambient.**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 315 - 338, 2015.

MEDINA, G.; CAMARGO, R. SILVESTRE, W. **Retrato da agricultura familiar em Goiás: relevância, sistemas de produção e alternativas para sua consolidação**. Agricultura familiar em Goiás : lições para o assessoramento técnico [Recurso eletrônico] / Gabriel Medina (Org.). – 4. ed. – Goiânia : Editora UFG, 2018. 364 p. :

NCR (National Research Council). **Alternative agriculture**. Washington, DC.: National Academy Press, 1989.

NEVES, M. F.; CASTRO, L. T. (Org.) **Agricultura integrada: inserindo pequenos produtores da maneira sustentável em modernas cadeias produtivas**. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, M. S.S.et al. Eficiência de produtos vegetais no controle da lagarta-docartucho-do-milho *Spodoptera frugiperda* (J.E.Smith, 1797) (Lepidoptera: Noctuidae). **Ciência e Agrotecnologia**, Lavras, v.32, n.2, p.326-331, 2007.

OLIVEIRA, N. C.; WILCKEN, C. F.; MATOS, C. A. O. Ciclo biológico de três espécies de coccinelídeos (Coleoptera, Coccinellidae) sobre o pulgão-gigante-do-pinus *Cinara atlântica* (Wilson) (Homoptera, Pemphigidae). **Revista Brasileira de Entomologia**, Botucatu, v. 48, n. 4, p. 529-533, 2004.

PASQUALOTTO, Nayara; KAUFMANN, Marielen Priscila; WIZNIEWSKY, José Geraldo. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável**. 1. ed. Santa Maria: UFSM; NTE, 2019.

PORTUGAL, Alberto Duque. **O desafio da Agricultura Familiar**. 2004. Disponível em: <http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/>. Acesso em: 29 de maio de 2023.

PREISS, P. V.; MARQUES, F. C. Tendências no movimento de re-localização alimentar brasileiro: uma análise de Iniciativas Colaborativas de Compras. **Tessituras**, v.3, p.269-300, 2015. DOI: 10.15210/TES.V3I2.6053.

PRETTY, J., SMITH, G., GOULDING, K. W. T., GROVES, S. J., HENDERSON, I., HINE, R. E., KING, V., VAN OOSTRUM, J., PENDLINGTON, D. J., VIS, J. K., WALTER, C. (2008). Multi-year assessment of Unilever's progress towards agricultural sustainability I: indicators, methodology and pilot farm results. **International journal of agricultural sustainability**, 6(1), 37-62.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

SANTOS, M. A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. V. O agronegócio brasileiro e o desenvolvimento sustentável. **Desafios do Desenvolvimento** – IPEA, ano13, 2016.

SALES, R. T. **Comunidade que Sustenta a Agricultura: Uma análise da construção de alternativas para a descentralização do modelo agroalimentar hegemônico, a partir da experiência do CSA Organicamente (RJ)**. 2019. 127f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas, Rio de Janeiro.

SILVA, A. J., & JUNIOR, M. F. S. (2010). Representações sociais e agricultura familiar: indícios de práticas agrícolas sustentáveis no Vale do Bananal-Salinas, Minas Gerais. **Sociedade & Natureza**, 22(3), 525-537.

SILVA, D. B. Sustentabilidade no Agronegócio: dimensões econômica, social e ambiental. **Revista Comunicação & Mercado/UNIGRAN**, v.1, p.23-34, 2012.

SILVA JÚNIOR, E. C., SANTANA, G. S., MUNÔZ, M. S. G., PORTO, B. H. C., JUNQUEIRA, A. M. R., SOARES, J. P. G., RODRIGUES, G. S. Comércio justo e gestão ambiental para a sustentabilidade: O caso de uma comunidade que sustenta a agricultura (CSA). **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 11-36, jan. /abr. 2018

SOUZA FILHO, H. M. **Desenvolvimento agrícola sustentável**. In: BATALHA, M. O. (Coord.). *Gestão agroindustrial*. GEPAL, 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SPANVELLO, R. M., **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre.

TILMAN, D., CASSMAN, K. G., MATSON, P. A., NAYLOR, R.; POLASKY, S. (2002). Agricultural sustainability and intensive production practices. **Nature**, 418(6898), 671.

USDA. United States Department of Agriculture. **Community Supported Agriculture**. Disponível em: <https://www.nal.usda.gov/farms-and-agricultural-production-systems/community-supported-agriculture>. Acesso em: 08 de março de 2023.

VASQUEZ, Angie et al. Community-supported agriculture as a dietary and health improvement strategy: A narrative review. **Journal of the Academy of Nutrition and Dietetics**, v. 117, n. 1, p. 83-94, 2017.

YAMAMOTO, A. **Por que continuamos juntos? Reciprocidade, mudança cultural e relações de poder entre o urbano e o rural**. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE 1– ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA JUNTO AOS AGRICULTORES.

1. Nome:
2. Idade:
3. Como e quando a CSA foi iniciada? Quais foram os principais motivadores e desafios enfrentados no processo de estabelecimento da CSA?
4. Como é feita a gestão da CSA? Quais são as responsabilidades e funções dos agricultores e coagricultores na organização e administração da CSA?
5. Como é a relação entre os agricultores e os coagricultores? Existem momentos de interação e troca de conhecimentos? Como são promovidas atividades educativas e de engajamento dos coagricultores?
6. Qual o valor da cesta de produtos e quantos produtos são entregues na cesta?
7. Como é realizada a distribuição dos alimentos da CSA? Vocês possuem um sistema de entregas ou os coagricultores devem buscar as cestas em um local específico? Com que frequência as entregas ocorrem?
8. Você está presente no momento de entrega dos alimentos?
9. Distribui em outros canais de comercialização de alimentos?
10. Você possui conhecimento sobre os princípios e práticas relacionados ao desenvolvimento sustentável e agroecologia?
11. Quais técnicas de manejo agrícola são utilizadas na produção dos alimentos da CSA?
12. Realiza técnicas de manejo sustentável? (Ex: Conservação do solo, etc)
13. Faz uso de fertilizantes ou insumos naturais? Como adquire?
14. Quais são os principais desafios ou problemas que você enfrenta na produção agrícola da CSA? Isso inclui questões relacionadas a pragas, doenças, manejo do solo, disponibilidade de água, acesso a insumos, logística ou quaisquer outros obstáculos que impactem a eficiência e sustentabilidade da produção.
15. Como é feita a seleção e diversificação dos cultivos na CSA? Você leva em consideração a sazonalidade e demanda dos coagricultores? Quais são os critérios utilizados para determinar os alimentos que serão incluídos nas cestas?

16. Você troca experiência com outros produtores locais?
17. Quais são os principais benefícios e desafios de ser um agricultor na CSA? Quais são as principais dificuldades enfrentadas na produção e comercialização dos alimentos?
18. Houve melhoria na renda familiar?
19. Na sua opinião, quais são as principais vantagens de fazer parte da CSA Artigo 5º?
20. Acredita o CSA ser sustentável a longo prazo?

APÊNDICE 2 – FORMULÁRIO ENVIADO ONLINE AOS COAGRICULTORES

1. Gênero:
Feminino
Masculino
Outro
2. Idade:
Até 17 anos
De 18 a 24 anos
De 25 a 35 anos
De 35 a 50 anos
A partir de 51 anos
3. Quantas pessoas residem em sua casa?
4. Escolaridade:
Ensino Fundamental incompleto
Ensino Fundamental completo
Ensino Médio incompleto
Ensino Médio completo
Ensino Superior incompleto
Ensino Superior completo
Pós Graduação Lato Senso
Mestrado
Doutorado
5. Renda média mensal
Nenhuma renda.
Até 1 salário mínimo.
De 1 a 3 salários mínimos
De 4 a 6 salários mínimos
De 7 a 9 salários mínimos
Mais de 10 salários mínimos
6. Está associado há quanto tempo à CSA Artigo 5º?
Menos de 6 meses
6 meses – 1 ano
1 ano 1 – 2 anos

7. Como você ficou sabendo da CSA ?
8. Qual foi a sua motivação para consumo dos alimentos comercializados na CSA/ Agroecológicos? Opção por alimentos saudáveis
- Restrições alimentares
 - Preocupação com Ambiente
 - Questões Político/Social/Ideológico
 - Possibilidade de favorecer os agricultores locais
 - Qualidade dos produtos
 - Preço atrativo
 - Outro:
9. O quão satisfeito você está com a CSA?
- Muito satisfeito
 - Satisfeito
 - Parcialmente satisfeito
 - Insatisfeito
 - Muito insatisfeito
10. Caso você tenha alguma insatisfação e/ou acredita que a CSA poderia melhorar de alguma forma. Assinale os aspectos que, na sua opinião, poderiam melhorar:
- Comunicação
 - Sazonalidade
 - Pouca diversificação
 - Preço
 - Questões de logística (hora e local para coleta dos alimentos)
 - Não estou insatisfeito(a)
11. De que forma você está envolvido com o CSA?
- Consumo os produtos e frequento as atividades
 - Auxilio na organização das atividades do CSA
 - Apenas consumo os produtos
 - Apenas consumo os produtos, mas gostaria de atuar de forma mais ativa
 - Outro:
12. Como você enxerga a importância da CSA para sua vida e família?
13. Como você enxerga a relação entre os coprodutores e os agricultores produtores?
- Boa
 - Ruim
 - Pode melhorar
14. Você já participou de atividades ou eventos da CSA? O que achou da experiência?
- Sim, experiência boa
 - Sim, experiência ruim
 - Não
15. Qual sua percepção sobre a qualidade dos produtos oferecidos pela CSA?
- Produtos de qualidade
 - Pode melhorar

- 16.** Antes do CSA você já consumia produtos orgânicos/agroecológicos?
 Sim
 Não
- 17.** Qual seu nível de conhecimento sobre produção orgânica e agricultura familiar?
 Não tenho conhecimento
 Conhecimento médio
 Conhecimento avançado
- 18.** Você já tinha algum tipo de envolvimento com a agricultura ou produção de alimentos antes de se tornar um coprodutor?
 Sim
 Não
 Pouco envolvimento
- 19.** Na sua experiência com o CSA e supermercados, os preços dos produtos do CSA são?
 Muito mais barato
 Um pouco mais barato
 Igual
 Um pouco mais caro
 Muito mais caro
- 20.** Você acredita que a CSA poderia servir como modelo para outras comunidades e regiões?
 Sim
 Não
- 21.** Você recomendaria a participação na CSA para outras pessoas?
 Sim
 Não
- 22.** A CSA mudou a sua percepção sobre a forma de produzir e consumir alimentos?
- 23.** Na sua opinião, qual é a relevância social, econômica, ambiental de iniciativas como as do CSA?
- 24.** Você considera que a CSA pode contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável e fortalecimento da agricultura familiar?
- 25.** Na sua opinião, quais os principais desafios enfrentados pela CSA Artigo 5º?
- 26.** Você tem alguma sugestão ou ideia para contribuir com a CSA Artigo 5º?

APÊNDICE 3– CSA ARTIGO 5º - TERMOS DE SOCIALIZAÇÃO

1. INSCRIÇÃO	<p>1.1 Não há necessidade de taxa de adesão aos agricultores e co-agricultores que desejem participar da Comunidade.</p> <p>1.2 Em substituição à taxa, os futuros membros deverão ler e concordar com os termos de</p>
---------------------	---

	<p>socialização, sendo que os co-agricultores deverão eleger um dos comitês citados no item 8 para ser membro-atuante.</p> <p>1.3 Esta CSA poderá contar com a participação máxima de 2 agricultores e 30 co-agricultores</p>
2. OBJETIVOS DA CSA	<p>2.1 Reflexão e transformação da relação agricultor-consumidor, com troca de saberes e compartilhamento dos riscos e benefícios da atividade agrícola;</p> <p>2.2 Desalienação do processo de produção do alimento e do ato de se alimentar;</p> <p>2.3 Fomento à agricultura camponesa e agroecológica;</p> <p>2.4 Fomento às cadeias curtas de acesso ao alimento e;</p> <p>2.5 Divulgar e contribuir com a expansão das CSA's na grande Goiânia.</p>
3. CARACTERÍSTICAS DESEJÁVEIS AOS AGRICULTORES E COAGRICULTORES	<p>3.1 Política se discute!!</p> <p>3.2 Convivência amigável e respeitosa com os diferentes gêneros, cores, raças e credos;</p> <p>3.3 Incômodo com o atual sistema alimentar, e com a erosão alimentar que condiciona-nos ao acesso à baixíssima variedade de alimentos ultraprocessados e contaminados por químicos e agrotóxicos;</p> <p>3.4 Críticos ao uso intensivo e predatório dos recursos naturais;</p> <p>3.5 Amigo ou no mínimo, curioso da Reforma Agrária;</p> <p>3.6 Cordialidade na fala e na escuta;</p> <p>3.7 Disponibilidade em ensinar e aprender.</p>
4. VALOR DA MENSALIDADE	<p>4.1 Haverá 2 (duas) modalidades de mensalidade, com possibilidade de revisão dos valores após o primeiro semestre de vigência da CSA, e posteriormente 1 vez ao ano:</p> <p>1º opção: R\$ 200,00 (cesta semanal)</p> <p>2º opção: R\$ 120,00 (meia cesta semanal)</p>
5. REPASSE AO AGRICULTOR	<p>5.1 O agricultor não será remunerado pela quantidade de cestas, mas receberá um aporte mensal para financiamento da produção dos alimentos, independentemente do número de domingos que haverá no mês.</p> <p>5.2 O co-agricultor inicia o pagamento da mensalidade assim que adentrar na Comunidade. As adesões só ocorrerão no período do 1º ao 10º dia de cada mês, para favorecer a organização e não comprometer o aporte mensal ao agricultor.</p> <p>5.3 O depósito das mensalidades será realizado diretamente na conta do agricultor até o dia 10 de cada mês. A identificação dos depósitos se darão pelos centavos acrescidos no valor da mensalidade, sendo que cada co-agricultor terá seu número identificador. Ex. R\$200,01 ou R\$ 120,07.</p>

<p>6. ENTREGAS</p>	<p>6.1 As entregas ocorrerão aos domingos na Igreja São Judas Tadeu, St. Coimbra, doravante denominado ENTREPOSTO, no período das 9h30 às 12 horas;</p> <p>6.2 Eventual alteração do local de entrega deverá ser acordado entre todos os membros da Comunidade, em reunião virtual para início no primeiro domingo do mês subsequente. Também será incentivado o movimento solidário de entrega das cestas, quando 1 co-agricultor poderá realizar entregas na residência de 1 ou mais co-agricultores avizinados.</p> <p>6.3 Não haverá entrega à domicílio pelo agricultor, devendo o co-agricultor providenciar a sua expensa (uber, táxi, amigo co-agricultor) a retirada da cesta no local e horário acordados no item 4.1.</p>
<p>7. CESTAS NÃO RETIRADAS</p>	<p>7.1 As cestas não retiradas serão doadas a casa de apoio mantido pela Igreja São Judas Tadeu</p>
<p>8. PADRÃO DE CESTA</p>	<p>8.1 A cesta-padrão definida junto ao agricultor terá de 6 a 8 itens, sendo no mínimo: 2 folhas, 1 raiz/tubérculo (~800g) 1 legume (~800 g), 1 erva /ou 1 tempero/ ou 1 PANC (conforme disponibilidade),1 fruta/ou 1 dz ovos (primeiro conforme a disponibilidade, depois à escolha do co-agricultor, até na quarta-feira anterior a entrega, impreterivelmente).</p> <p>Poderá ser alterado de acordo com a disponibilidade da produção e os co-agricultores poderão escolher produtos extras ou não levar determinados produtos na semana.</p>
<p>9. TRANSPORTE</p>	<p>9.1 O transporte dos alimentos do organismo agrícola até o Entreposto será realizado pelo agricultor.</p> <p>9.2 O transporte dos alimentos do entreposto até as residências serão de responsabilidade dos co- agricultores.</p>
<p>10. COMITÊS DE GESTÃO</p>	<p>Apoio técnico e mutirões; Registros e publicidade; Pagamento e cobrança; Mediação/organização de reuniões de avaliação e reavaliações.</p>
<p>11. AVALIAÇÃO EM GRUPO</p>	<p>11.1 No mínimo 1 vez a cada 2 meses haverá reflexão conjunta sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> - troca de ideias, - gargalos na produção e logística, - sugestões de diversidade de alimento, - avaliação da apresentação dos alimentos, - pontualidade na entrega dos alimentos

	<ul style="list-style-type: none"> - pontualidade no pagamento, - formas de visibilidade/ publicidade da CSA, - planejamento da data e período do próximo mutirão mensal etc etc etc. <p>11.2 As reuniões ocorrerão na primeira quinta-feira de cada mês, com duração de 19h às 20h30</p>
12. PARTICIPAÇÃO DOS COAGRICULTORES NO TRABALHO	<p>12.1 Haverá 1 mutirão de plantio/ colheita/ limpeza/ roçada a cada 2 meses;</p> <p>12.2 Os co-agricultores se comprometem a participar de no mínimo 1 mutirão a cada semestre;</p> <p>12.3 Nos mutirões será facultado e estimulado a participação da família dos co-agricultores;</p> <p>12.4 Os mutirões se realizarão no início da manhã ou no final da tarde, na data acordada entre os membros;</p> <p>12.5 É facultado e incentivado ao grupo organizar uma refeição de confraternização nos dias de mutirões, sendo que as despesas deverão ser partilhadas com os agricultores.</p>
13. VISITAS DOS COAGRICULTORES	<p>13.1 O organismo agrícola deverá estar sempre aberto à visita dos coagricultores para conhecerem e participarem da produção, devendo no entanto ser agendado com antecedência com o agricultor (data, período e eventuais despesas);</p> <p>13.2 O grupo de Apoio Técnico poderá ser acionado pelo Agricultor para orientações remotas e/ou presenciais</p>
14. PAGAMENTO E COBRANÇA	<p>14.1 Como nesta CSA não se trabalha com reserva financeira, deve-se atentar para não atrasar o aporte aos agricultores;</p> <p>14.2 O Grupo de pagamento e cobrança será responsável para enumerar cada membro co-agricultor e acompanhar junto ao agricultor a adimplência e pontualidade dos pagamentos até o dia 10 de cada mês;</p> <p>14.3 No dia 08 de cada mês uma mensagem individualizada deve ser enviada a cada membro para recordar a proximidade do dia do vencimento final;</p> <p>14.4 Qualquer eventualidade acerca de atraso/situação de desemprego etc deverá ser reportado ao Grupo Pagamento que caso necessário poderá convocar reunião geral para deliberação coletiva sobre o caso.</p>
15. DESLIGAMENTO	<p>15.1 O desligamento só ocorrerá após finalizado o acordo de 6 meses, a fim de garantir ao agricultor regularidade de aporte para as atividades produtivas do organismo agrícola;</p> <p>15.2 Caso o co-agricultor decida desligar-se da CSA deverá pactuar com no mínimo a mensalidade do mês subsequente, para possibilitar a substituição por outro co- agricultor, não afetando o planejamento do agricultor;</p>

	<p>15.3 Caso o agricultor decida por desligar-se da CSA deverá cumprir a entrega das cestas até o último domingo do mês pago pelo co-agricultores.</p>
<p>16. OUTROS ASPECTOS</p>	<p>16.1 O primeiro período de execução da CSA será de 6 meses. 1 mês antes de findar este primeiro período, o Grupo deverá decidir se a CSA permanecerá em período de 6 meses ou 1 ano.</p> <p>16.2 Como a área do organismo agrícola possui grande potencial produtivo, ao agricultor será facultado ser fornecedor em outras frentes tais como feiras, alimentação escolar (PNAE), PAA restaurantes, desde que não reduza a oferta e variedade e qualidade dos alimentos acordados. Lembremos que os custos fixos e variáveis de um organismo agrícola (incluindo a remuneração do trabalho dos agricultores) não é tão baixa. Sendo assim, para termos acesso a toda produção do organismo agrícola deveríamos ter uma bom número de co-agricultores contribuindo com um aporte bem maior.</p> <p>16.3 Aos co-agricultores será facultado o exercício de sugestão de alimentos a serem produzidos, contudo a palavra final acerca da variedade e alimentos serão dos agricultores, conforme mão-de-obra necessária, experiência com as produção da espécie, riscos agroclimáticos etc</p> <p>16.4 Aos co-agricultores é facultado decisão conjunta das formas de apresentação dos alimentos (cestas individualizadas, caixas livres etc). Sendo que a decisão será coletiva e homogênea, cabendo apenas 1 tipo de apresentação, no sentido de não penalizar o agricultor pela opção individual de cada co-agricultor;</p> <p>16.5 Outras produções do organismo agrícola podem não entrar nas cestas, tais como: frango caipira, carne suína, , banha de porco etc.</p> <p>Contudo é facultado ao agricultor apresentar a lista destes produtos disponíveis e realizar a venda à parte aos co-agricultores;</p> <p>16.6 Na quarta-feira o agricultor apresentará no grupo da CSA as opções referentes ao último elemento do item 8.1. E até na sexta-feira os co-agricultores deverão manifestar de sua preferência .</p> <p>16.7 Serão fornecidas 2 sacolas de tecido laváveis para cada co-agricultor, para retirada dos alimentos da semana. O agricultor não fornecerá sacolas plásticas sob nenhuma hipótese. Caso haja o desligamento do co-agricultor, ele deverá devolver 1 das sacolas que deverá ser utilizada por outro co-agricultor;</p> <p>16.8 Eventuais despesas necessárias para o bom funcionamento da Comunidade tais como,</p>

	<p>material de divulgação, alimentação nos dias de campo, deverão ser rateadas entre os co-agricultores.</p> <p>16.9 Poderão ser rateadas eventuais despesas do agricultor com manutenção de equipamentos, reposição de materiais de expedientes etc, devendo ser deliberado pelo grupo;</p> <p>16.10 Eventualidades agroclimáticas envolvidas na produção deverão ser co-assumidas pelos co-agricultores. (Por exemplo, impossibilidade de entrega de tomates por poda de formigas, ou período de pouca produção de ovos pelas galinhas, prejudicando as entregas). Este ônus também será assumido pelos co-agricultores.</p> <p>16.11 É dever de agricultores e co-agricultores fomentar e incentivar a expansão desta e de outras CSA's, promovendo voluntariamente dias de campo, material informativo, depoimentos etc. Vivam as CSA's!!</p>
--	---